



Red Latinoamericana de Investigadores sobre Teoría Urbana

Facultad de Ciencias Políticas y Sociales

Universidad Autónoma de Querétaro

III Seminario Internacional

La ciudad latinoamericana entre globalización, neoliberalismo y adjetivaciones: lecturas críticas

Querétaro, México, 11 a 13 de octubre del 2016

As metrópoles e o atual padrão de desenvolvimento capitalista. Um novo modelo urbano? Reflexões teóricas e metodológicas a partir do Brasil.

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Coordenador Nacional do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles – CNPq/FAPERJ

Professor-Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

RESUMO	4
I. INTRODUÇÃO.	6
II. MUDANÇA DE MODELO DE DESENVOLVIMENTO?	7
2.1. NEOLIBERALISMO PERIFÉRICO	9
2.2. NEODESENVOLVIMENTISMO X NEOLIBERALISMO PERIFÉRICO: PROJETOS EM DISPUTA	12
2.3. O LIBERALISMO-PERIFÉRICO COMO CONDIÇÃO HISTÓRICO-ESTRUTURAL	16
III. A ORDEM URBANA NA METRÓPOLE LIBERAL-PERIFÉRICA	21
3.1. A ORDEM URBANA COMO FRONTEIRA	26
3.2. A ORDEM URBANA COMO PACTO CONSERVADOR	29
3.4. A ORDEM URBANA COMO INTEGRAÇÃO ECONÔMICA MARGINAL	33
3.5. A ORDEM URBANA NA DOMINAÇÃO DE CLASSE	35
IV. A ORDEM URBANA PERIFÉRICA NO ATUAL CICLO DE NEOLIBERALIZAÇÃO: NOTAS PARA FUTURAS PESQUISA	39
4.1. TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM URBANA LIBERAL-PERIFÉRICA	41
4.2.1. A NEOLIBERALIZAÇÃO COMO DESTRUIÇÃO CRIATIVA: OS DOIS MOMENTOS	42
4.2.3. O NEOLIBERALISMO COMO PROCESSO GEO-DIFERENCIADO	44
4.2.4. A NEOLIBERALIZAÇÃO COMO GOVERNAMENTALIDADE	46
4.2.7. VARIAÇÕES DE NEOLIBERALISMO OU NEOLIBERALISMO VARIEGADO?	50
V- OS NEOLIBERALISMOS NAS CIDADES: DESAFIOS DA COMPARAÇÃO	51
5.1. O QUE COMPARAR?	51
5.2. MODELOS DE COMPARAÇÃO	51
VI. BIBLIOGRAFIA	59

“Trabalhamos com três "megatendências" em que estamos investindo. A primeira é a globalização. A segunda é passar de processos manuais para digitais e a terceira é o movimento do campo para os grandes centros urbanos. Hoje, 50% da população global mora em cidades e acreditamos que, nos próximos 25 anos, esse número chegará a ser de 70% a 75%. Essas tendências estarão centralmente em um milhão dos principais centros urbanos do mundo e de lá sairão 85% do crescimento e da riqueza. Então, nosso foco no futuro será muito mais nas 150 principais cidades ao redor do mundo, incluindo as grandes cidades do Brasil.”

Trecho da entrevista concedida por Francesco Vanni, chefe global do CTS (*Citi Transaction Service*), do Citibank, que comanda a área responsável pelas transações internacionais e pelos investimentos globais de médias e grandes empresas, operando diariamente U\$ 3 trilhões de dólares e tendo U\$ 12,8 trilhões em ativos sob custódia.

Folha de São Paulo, 10 de março de 2013.

RESUMO

A presente proposta de comunicação se orienta por três objetivos. Em primeiro lugar, apresentar a experiência de uma pesquisa nacional comparativa a respeito das transformações urbanas ocorridas no período de 1980-2010 em 14 metrópoles brasileiras, levada a efeito pelo Observatório das Metrópoles. Trata-se de um trabalho coletivo envolvendo cerca de 200 pesquisadores integrantes dos Núcleos do Observatório existentes nessas metrópoles, que propõem a síntese do programa quinquenal de pesquisa (2008-2015) intitulado “Metrópoles: coesão social, território e governança democrática”. Apresentaremos os resultados sintéticos alcançados nesse esforço coletivo na descrição sistemática das tendências de transformação do modelo urbano constituído no período 1940-1980 pela dinâmica de crescimento do país conhecido como “substituição de importações.”

Em segundo lugar, a comunicação também pretende propor alguns temas de reflexão sobre a importância e os desafios do método comparativo nos estudos urbanos como prática de pesquisa que nos permita enfrentar criticamente o atual debate internacional sobre a teoria urbana. Nesse aspecto, retornamos às discussões iniciadas com a criação da Rede Latino-Americana de Teoria Urbana em 2011, cuja intenção central é abrir caminhos para a construção de marcos teóricos – e epistemológicos – que incentivem a retomada no mundo acadêmico de um pensamento urbano latino-americano crítico e capaz de capturar a nossa historicidade. Se nos anos 1960 e 1970 pudemos constituir, com efeito, um modo de pensar próprio da nossa realidade urbana alimentada pelo debate em torno da sociologia do desenvolvimento e das “teorias de dependência”, a partir dos anos 1990 ele foi dissolvido em razão da hegemonia do globalismo intelectual imperante no continente na era do consenso neoliberal e do poder de hegemonia cultural do mundo acadêmico euro-americano com as suas revistas científicas ditas “internacionais”. De tal poder decorreu a imposição da literatura sobre o tema *global city* que constrói imagens de cidades tão poderosas que seriam capazes de se impor na escala mundial de rede urbana, reconstruindo as redes nacionais, gerando tendências convergentes de transformação em todas as cidades e, assim, anulando as historicidades urbanas locais. Mas o globalismo intelectual é também alimentado pela crescente interconexão entre as atividades econômicas e os modelos de governança urbana em cidades diferentes por força dos fluxos globais extensos de vários tipos e das redes de comunicação e informação.

Por último, a comunicação terá também o objetivo de confrontar reflexivamente os resultados empíricos obtidos na pesquisa mencionada com as principais hipóteses presentes na literatura nacional que postulam a emergência de uma nova ordem sócio espacial nas metrópoles brasileiras nos últimos 30 anos, decorrentes da nossa inserção no movimento de financeirização global e de seus impactos na reconfiguração dos mecanismos de produção

do espaço urbano. Buscaremos demonstrar como estas leituras deduzem sincrônica e diretamente cambiantes e frágeis sinais de transição do modelo urbano brasileiro das tendências apontadas pela literatura internacional, desconsiderando a dimensão histórica deste processo. Como alternativa, propomos a reflexão sobre os resultados empíricos a partir do conceito de padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro. Por ele entendemos, um conjunto de atributos – econômicos, sociais e políticos - que estruturam, organizam e delimitam a dinâmica do processo de acumulação de capital, e as relações econômico-sociais a ele subjacentes, existentes em determinado Estado (espaço) nacional durante certo período histórico.

Na conclusão buscaremos argumentar que, apesar das mudanças do padrão de desenvolvimento capitalista ocorridas nos três ciclos de crise dos anos 1980, experimento neoliberal dos anos 1990 e do experimento neo desenvolvimentista dos anos 2000, ao considerar de maneira apropriada a dimensão espaço-temporal das estruturas urbanas, torna-se mais apropriado entender as transformações como metamorfoses da ordem urbana nas metrópoles, ou seja como um movimento dialético entre o mesmo e o diferente, nas quais não há necessariamente sincronia e nem harmonia das mudanças ocorridas nas distintas e escalas. Para tanto, buscaremos fundamento nas formulações teóricas dos autores que revalorizaram a dimensão histórica na explicação da evolução do capitalismo, ou seja: Fernand Braudel, Charles Tilly, Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein.

I. Introdução.

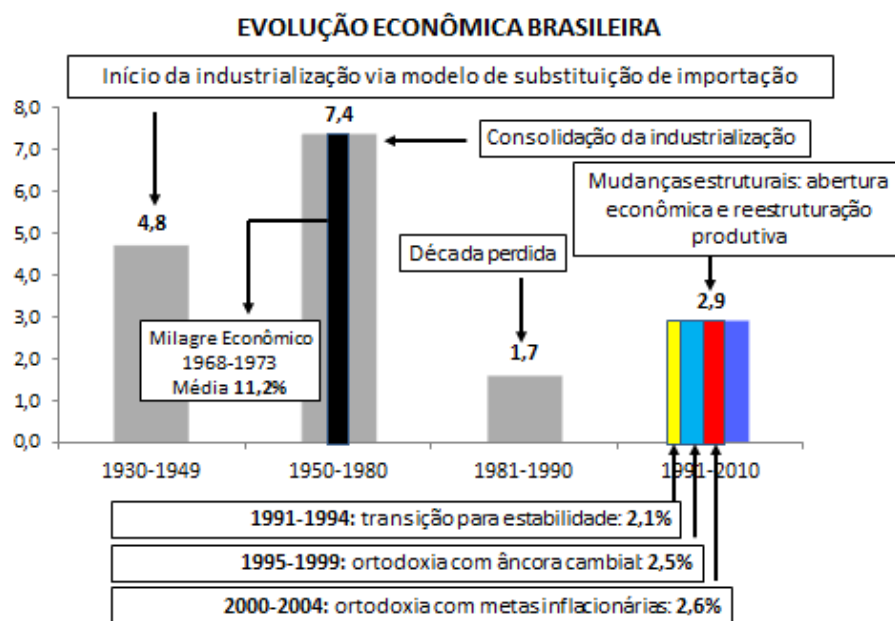
O programa de pesquisa que desenvolvemos no período 2008-2014 intitulado “Metrópoles: coesão social, território e governança democrática” teve como foco analisar as metrópoles brasileiras sob a ótica da mudança social. A proposta apoiava-se numa interlocução com a bibliografia internacional produzida nos anos 1980 sobre as transformações das grandes cidades sob o duplo impacto da globalização econômica e da reestruturação produtiva. Por isso, foram de grande importância para essa proposta as análises de John Friedmann e Saskia Sassen sobre o surgimento de um novo tipo de fenômeno urbano caracterizado conceitualmente como “cidade global”. Também nos inspiraram análises de vários autores (Roger Boyer, Michael Storper, Alain Lipietz, entre outros) sobre as transformações do capitalismo após a segunda metade dos anos 1970 e seus impactos territoriais, especialmente os que alinhavam em torno dos conceitos de reestruturação produtiva e da acumulação flexível. O debate sobre as chamadas *global cities* ocupa ainda lugar de destaque na universidade e a polêmica em torno da interpretação dos efeitos da globalização expressa, na verdade, o confronto entre os paradigmas da pós-industrialização e o da reestruturação produtiva. Assim, chamamos a atenção para a dificuldade de se concluir sobre tendências universais e inexoráveis da globalização, em razão das diferenças de trajetórias históricas entre as cidades no movimento de transformação de sua base econômica, ao serem incluídas nos macroprocessos de globalização. O que significa dizer que as condições econômicas, sociais, institucionais e culturais locais podem ser fatores importantes na compreensão dos resultados sociais, espaciais e políticos da transformação das bases econômicas das metrópoles brasileiras

O ponto de vista da mudança em nosso projeto também se relacionava com a interpretação sobre as transformações da sociedade brasileira em curso desde os anos 1980, como consequência da crise do modelo de desenvolvimento por substituição de importação. Para o decênio 1990/2000 assumimos nos projetos Milênio e INCT a hipótese de mudanças nas metrópoles decorrentes de um *ajuste defensivo*¹ (nos planos do mercado e do Estado), da maior inserção da economia brasileira na economia globalizada e das transformações liberais operadas pelo Estado nas relações econômicas e na própria organização do setor público.

O gráfico abaixo sintetiza os períodos da evolução econômica na fase da industrialização. Como se depreende da leitura, identificamos três largos períodos compreendidos: substituição das importações (1930/1980), crise (1981/1990) e transição

¹ COUTINHO, Luciano. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Brasil: desafios de um país em transformação**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1997. Ver também: COUTINHO, Luciano & FERRAZ, João Carlos. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. São Paulo: Papyrus, 1994.

em direção a uma nova fase de expansão, cujas marcas são a abertura econômica e a reestruturação dos padrões de organização produtiva.



Para a análise do período 2000/2010 no qual podemos concentrar a nossa análise comparativa em razão dos dados disponíveis - embora para algumas metrópoles possamos trabalhar com o período 1980/2010 - temos o desafio teórico de retomar esses dois conjuntos de hipóteses, considerando as transformações econômicas e políticas do período 2003-2010. Quais são nossas hipóteses de trabalho para qualificar esse período e pensar as mudanças (ou continuidades) nas três linhas que organizam o nosso programa de pesquisa?

A seguir, procuramos propor algumas reflexões nessa direção. Começamos propondo possíveis caminhos para a interpretação das macros transformações da economia política brasileira. Em seguida, buscamos organizar um quadro de referência que possa nos orientar na construção de hipóteses com as quais possamos interpretar comparativamente as mudanças da ordem urbana das metrópoles no período 1980/2010. Na última parte do presente texto, apresentamos uma reflexão sobre os modelos metodológicos de comparação sobre as mudanças das metrópoles.

II. Mudança de modelo de desenvolvimento?

Como analisar o período 1980/2010? Podemos falar de transição de modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro? A questão se justifica por três razões. Por um lado, pelo fato de o pensamento social brasileiro ter construído uma interpretação das particularidades históricas do desenvolvimento econômico do Brasil no contexto do

capitalismo periférico, especialmente de 1950 a 1980. As bases dessa interpretação são a constatação da internalização parcial das condições da reprodução do capital, como proposto pela “Escola de Campinas”, e a manutenção da heterogeneidade estrutural da sociedade. Por outro lado, tal interpretação esteve presente nas várias leituras da constituição das várias dimensões do “urbano” constituído por esse padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil. Com efeito, esteve presente nas questões colocadas na agenda acadêmica sobre as características da nossa urbanização, seja sobre a dimensão ecológico-demográfica da nossa rede urbana (macrocefalia urbana? urbanização dispersa?), ou ecológico-econômica (colonialismo interno? descentralização concentrada da estrutura produtiva?), ou sobre a estrutura urbana (marginalidade urbana? classes sociais? segregação residencial?) ou seja, ainda, sobre a dimensão institucional da nossa ordem urbana (cidadania urbana? cultura urbana híbrida? política urbanas neocorporativas?). A segunda razão decorre dos dados sobre o período que atravessamos, especialmente a partir dos anos 2000, que parecem apontar para processos de transformação de vários aspectos do que se designava como heterogeneidade estrutural: ampliação do mercado interno pela incorporação das camadas populares, diferenciação da estrutura social, expansão do emprego formal, expansão da cidadania urbana, políticas sociais e urbanas universais, etc.). Finalmente, esses fatos têm sido objeto de debate acadêmico e político em torno da reinterpretção do padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil. Segundo Filgueiras (2013), na sociedade brasileira estão em disputa visões interpretativas no período pós 1980 que creio poderem ser sintetizadas entre três grandes correntes: de um lado, os que se colocam no campo da afirmação dos fundamentos neoliberais de alguma forma experimentados na “Era Collor-Fernando Henrique”, uma segunda corrente que se organiza em torno dos “ideais desenvolvimentistas” mais ou menos traduzidos em forças políticas presentes nos aparelhos do Estado desde o início da Era Lula-Dilma e uma terceira que considera que, não obstante os sinais de mudanças, estão presentes fatores internos (bloco no poder) e externos (inserção na economia internacional) que expressam uma dinâmica liberal-periférica².

²Em função dos objetivos deste texto, estamos simplificado a análise das correntes presentes neste debate examinadas por Filgueiras (2013). Segundo o autor, “As distintas posições políticas e teóricas participantes desse debate podem ser agrupadas em dois grandes campos. De um lado, estão aqueles que consideram que tanto esse padrão, quanto a inserção internacional do país e as políticas macroeconômicas comerciais atualmente implementadas, tem capacidade de reduzir a distância que separa o Brasil dos países desenvolvidos. Nesse primeiro campo, se destacam duas interpretações. A primeira, que se pode definir como ortodoxa neoliberal-neoclássica, considera que as reformas e políticas neoliberais implementadas nos anos 1990 foram as causas fundamentais da retomada do crescimento no Governo Lula. Em especial, destaca que a reestruturação produtiva, impulsionada pela abertura comercial e financeira, elevou a produtividade da economia brasileira e deu maior competitividade internacional às empresas instaladas no país. Além disso, afirma que a política macroeconômica adotada a partir do final dessa década garantiu a estabilidade macroeconômica, condição prévia para o retorno dos investimentos e a retomada do crescimento. No entanto, tem criticado tanto a interrupção das reformas quanto o relaxamento do tripé macroeconômico e o maior ativismo do Estado, promovidos pelo Governo Lula.

A segunda, de viés keynesiano-estruturalista e desenvolvimentista ou Social-Desenvolvimentista, acredita que o país, a partir de 2006, sofreu mudanças fundamentais que superaram as políticas neoliberais até então

Parece-nos, portanto, importante que o nosso projeto de interpretação sobre as mudanças ocorridas nas metrópoles brasileiras no período 1980/2010 tenha algum posicionamento a respeito deste debate. Não apenas por implicar na análise da conjuntura na qual se insere o período durante o qual pretendemos interpretar as mudanças nas metrópoles, mas também em razão de as posições em debate expressarem, implícita ou explicitamente, distintas visões sobre a historicidade do Brasil como um capitalismo conformado por dinâmicas e processos particularidades. Mas, sendo impossível neste momento a apresentação e discussão de todas as vertentes deste debate, vamos nos concentrar na apresentação, ainda que sumária, na matriz que se organiza em torno do modelo baseado no paradigma do modelo liberal-periférico. As razões desta escolha decorrem das “afinidades eletivas” desta análise com as reflexões teórico-metodológicas que exporemos na terceira parte deste texto.

2.1. Neoliberalismo Periférico

As interpretações organizadas em torno do conceito de *neodesenvolvimentismo* se caracterizam pela postulação da existência de significativa inflexão da rota neoliberalizante que orientou a política econômica nos anos 1990, a partir de 2003, rompendo com o ciclo de acumulação fundado na financeirização da riqueza. Os dois governos Lula expressariam a constituição de uma nova correlação de forças políticas capaz de sustentar um novo ciclo desenvolvimentista, expresso nos avanços da economia fundada pelo dinamismo do seu mercado interno, por expansão do emprego formal, pela distribuição da renda, pela constituição de uma ampla política de proteção social e pela retomada do papel planejador e regulador do Estado.

Tal análise foi postulada, por exemplo, pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos que, em janeiro de 2011, publicou na revista **Carta Capital** um longo texto comparando políticas públicas do Governo Lula com o de seu antecessor Fernando Henrique Cardoso. Wanderley Guilherme dos Santos apresenta uma avalanche de indicadores positivos obtidos durante o governo Lula. O cientista político defende a ideia do nascimento de um “Novo Brasil” entre os anos de 2003 e 2011: crescimento econômico, inflação sob controle, expansão do emprego e redução das desigualdades sociais. Em sua conclusão, o

adotadas e levaram à constituição de um novo padrão de desenvolvimento virtuoso - apoiado na expansão do mercado interno e caracterizado pelo crescimento com distribuição de renda.

De outro lado, pode-se identificar um segundo campo que agrupa posições políticas e teóricas pós-keynesianas/neoestruturalistas (Novo-Desenvolvimentismo) e marxistas. Para esse grupo, o atual padrão de desenvolvimento está redefinindo o perfil da estrutura produtiva do país e de sua pauta de exportações, distanciando-o da fronteira tecnológica e permanente movimento. Como expressão e consequência das características estruturais desse novo padrão, o país caminhou para uma especialização produtiva/comercial regressiva e aumentou a sua vulnerabilidade externa estrutural – inclusive com retorno da vulnerabilidade externa conjuntural, que havia sido reduzida nos últimos anos – quando da fase ascendente do ciclo econômico internacional. Além disso, destacam que as atuais políticas macroeconômica e comercial, bem como a abertura financeira, são determinantes dessa situação, pois reforçam a tendência de uma inserção internacional de natureza passiva – que leva à especialização regressiva e à desindustrialização.” (p. 4-5)

autor procurou negar as afirmativas segundo as quais a popularidade de Lula tinha sido obra de marketing, sustentando que ela foi resultado de ações do governo cujo balanço contraria as visões das elites tradicionais e conservadoras. O governo Lula, para ele, produziu números relevantes que, maltratados, como fizeram aquelas elites, com interessada subserviência, disfarçam as reais transformações. E vai além, deixando nas entrelinhas que essas transformações só seriam possíveis no Governo Lula, porque tentativas anteriores teriam conduzido o País ao limite da anarquia política e à desorganização das contas públicas. Para ele, portanto, um sistema de valores e de práticas de perfil tradicionalmente elitista deu lugar a uma orientação de governo comprometido com a promoção econômica, social e cultural da vasta maioria de trabalhadores brasileiros, em particular, de suas camadas mais pobres. E, com isso, houve uma redução na intensidade dos conflitos que as elites conservadoras sempre empurraram para frente. O absoluto respeito por parte do Executivo às regras do jogo e às demais instituições do País, como judiciárias, legislativas e estaduais, é, na opinião dele, um dos aspectos incluídos no reconhecimento de que a população dispensou ao governo.

Em contraposição, um grupo de economistas tem buscado demonstrar a continuidade da lógica econômica fundada na financeirização da economia. Em vários textos³ os integrantes do grupo buscam gerar evidências empíricas e construir argumentos que permitem identificar a existência de uma linha de continuidade entre os governos de FHC e de Lula, expressa pela manutenção do modelo econômico *“intrinsecamente instável e gerador de vulnerabilidade externa estrutural”*. Entretanto, observam que a conjuntura internacional favoreceu a flexibilização dos estrangulamentos que subordinam histórica e estruturalmente a economia nacional à lógica da financeirização internacional, traduzida na política macroeconômica pela diminuição da taxa de juros, ampliação do crédito e a expansão dos gastos públicos em investimentos. No plano da proteção social, a flexibilização permitiu a ampliação da política de transferência de renda constituída no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, considerada limitada pelos seus fundamentos focalizados, e a adoção de uma política de valorização real do salário-mínimo. Vejamos:

Os resultados mais importantes dessa flexibilização foram maiores taxas de crescimento da economia e redução das taxas de desemprego, com a ampliação do mercado interno, uma pequena melhora (na margem) da distribuição funcional da renda e, sobretudo, na distribuição pessoal (portanto, no interior dos rendimentos do trabalho). Adicionalmente, reduziram-se os níveis de pobreza considerados mais dramáticos – conforme definido por “linhas de pobreza” subestimadas, próprias das políticas sociais focalizadas. Concomitantemente, essa flexibilização da política

³GONÇALVES, R. Governo Lula e o Nacional-desenvolvimentismo às Avessas. Reinaldo Gonçalves, 22 agosto 2011. FILGUEIRAS, L.; PINHEIRO, B.; PHILIGRET, C. e BALANÇO, P. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: **Os anos Lula**. Contribuições para um balanço crítico 2003/2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35/69. Ver também: http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/reducao_da_desigualdade_da_renda_governo_lula_analise_comparativa_reinaldo_goncalves_20_junho.pdf;
http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/filgueiras_et_al_2010_otim.pdf

macroeconômica está sendo acompanhada pela presença mais incisiva do Estado no processo econômico, através das empresas estatais – especialmente, a Petrobras e os bancos oficiais – e dos fundos de pensão comandados pela aristocracia sindical. Com isso, vem se alterando, aos poucos, o bloco de poder político dominante no país, alteração esta que é, ao mesmo tempo, causa e consequência de uma nova acomodação e, sobretudo, fortalecimento do modelo econômico vigente. À hegemonia financeiro-exportadora (bancos e agronegócio) que comanda a economia brasileira, vieram se juntar segmentos nacionais do grande capital, articulados por dentro do Estado. (Filgueiras, L.; Pinheiro, B., *et al.*: 2010:37-38)

Para estes autores, a flexibilização dos constrangimentos da nossa expansão autônoma em relação à lógica da financeirização, especialmente pela retomada do protagonismo do Estado, estaria recriando a dinâmica do “capitalismo associado⁴” que preside historicamente a nossa expansão capitalista, especialmente pela recriação

sob novas circunstâncias e de outra maneira, [do] o tripé capital internacional/Estado/capital nacional, agora sob a hegemonia do capital financeiro (internacional e nacional) e de sua lógica, com o reforço e internacionalização de grandes grupos econômicos nacionais. Mais uma vez, coerentemente com a trajetória histórica do capitalismo retardatário brasileiro, o capital privado nacional vai a reboque do Estado – que se mostra peça fundamental na organização e legitimação do bloco de poder dominante. É a isto que se vem chamando de “novo desenvolvimentismo”, que, tal como o velho, sintetiza o capitalismo possível de existir na periferia do capitalismo na “era imperialista”, cujas características fundamentais são: dependência tecnológico-financeira, concentração de renda, exclusão social e democracia restrita. Por isso, o êxito de toda essa operação, tal como no “velho desenvolvimentismo”, tem necessitado de um elemento político essencial, qual seja: o “apaziguamento” e consentimento dos setores dominados, em especial a cooptação do sindicalismo e dos movimentos sociais, redirecionando suas energias para apoiar as políticas do governo, com o atendimento marginal das demandas sociais dos setores subalternos da sociedade. Em suma, a situação internacional altamente favorável, a decisão política de “retorno” do Estado ao processo econômico e o consentimento dos setores subalternos permitiram ao governo Lula acomodar e compatibilizar interesses potencialmente conflitantes. De um lado, os juros, lucros e rendas das frações do grande capital financeiro, agronegócio, empresas estatais, fundos públicos, grandes grupos nacionais e, de outro, a ampliação do crédito para segmentos da população com menor renda, os aumentos reais do salário mínimo e a ampliação da política social focalizada. (Filgueiras, L.; Pinheiro, B., *et al.*: 2010:37-38).

⁴ Expressão utilizada por vários intérpretes das particularidades do Brasil como país que se desenvolveu como um capitalismo tardio.

2.2. Neodesenvolvimentismo X Neoliberalismo Periférico: projetos em disputa

A exposição sintetizada nesta apresentação talvez esquematizadora do debate deva merecer a nossa reflexão para fins da construção das hipóteses que devem orientar a nossa busca de análise comparativa sobre as possíveis mudanças em curso nas metrópoles ao longo do período 1980/2010. Neste sentido, creio ser interessante adotar como hipótese básica e geral o fato de estarmos diante do momento de transição histórica em vários planos da sociedade brasileira, cujo desenrolar como trajetória dependerá fortemente da dinâmica política. Estaríamos em momento de disputa de projetos históricos na sociedade brasileira e valeria a pena pensar as mudanças nas metrópoles não apenas como resultantes de dinâmicas contraditórias, mas como possível variável independente capaz de influenciar tal trajetória. Pensar nesta direção justifica-se em razão do papel que a cidade assumiu na consolidação do tripé capital internacional/Estado/capital nacional, mencionado anteriormente, sobre o qual falaremos mais adiante neste texto. Poderá ou não prevalecer o “Estado de Compromisso” identificado por F. Weffort (1978), com mais uma rodada de “fuga para frente” (Fiori, 1995) como estratégia de adiamento do processo de modernização e democratização do capitalismo brasileiro. Mas, poderá prevalecer o seu contrário, com rompimento dos laços que, estrutural e historicamente, ligam na formação histórica brasileira a modernidade com o atraso.

Estaríamos, então, em uma encruzilhada histórica, como propôs M. Pochman, marcada pela disputa entre a “política pelo Brasil da Fama (fazenda, mineração e maquiladoras) e o Brasil do Vaco (valor agregado e conhecimento)”. Quem está ganhando esta disputa? Como a cidade participa desta disputa?

Para refletir sobre esta pergunta, assumimos neste texto a hipótese da predominância do poder do capital financeiro no plano da economia global e da crescente subordinação da economia brasileira nas suas formas e condições de acumulação. Este argumento é desenvolvido de maneira sofisticada e convincente por Miguel Bruno⁵ no livro mencionado sobre o balanço dos anos Lula. Em sua conclusão, Bruno (2010, p. 101) constata a “perda de autonomia da política econômica frente aos mercados financeiros e aos detentores do capital”. Na concepção do autor, o Estado passou a internalizar o conflito distributivo entre setor financeiro, setor produtivo e trabalhadores, “arbitrando-o em favor dos dois primeiros, contribuindo significativamente para a elevação da participação dos lucros no produto” (*Ibid.*). Seria o papel do Estado um dos fundamentos da compreensão das razões pelas quais vêm ocorrendo no país, simultaneamente, a diminuição da desigualdade em que concerne a distribuição da renda pessoal e a manutenção da concentração da renda do capital em relação à renda do trabalho. Com efeito, em outro capítulo do referido livro

⁵BRUNO, M. – Endividamento do Estado e setor financeiro no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento, In: **Os anos Lula**. Contribuições para um balanço crítico 2003/2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 71-107.

escrito por Guilherme C. Delgado⁶, encontramos evidências desse fato. Veja a reprodução na tabela a seguir.

Tabela I - Participação do trabalho e do capital na renda interna: 2000-2006

Anos	2000	2001	2002	2003	2005	2006
Parcelas da renda Interna						
I-Renda Interna bruta	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Salários e ordenados	32,10	31,96	30,90	31,09	31,74	32,64
Benefícios sociais	13,59	14,10	15,28	15,59	14,97	15,46
II- Renda monetária do Trabalho (1+2)	45,59	46,06	46,16	46,68	46,71	48,00
III- Benefícios não-monetários	(8,48)	(8,30)	(8,72)	(8,34)	(8,12)	(8,57)
IV- Rendimentos do Capital	45,37	44,47	45,29	45,91	44,51	43,80

Fonte: Delgado, G. C. (2010:414)

O debate promovido pelo Estado e os meios de comunicação de massa a respeito da “distribuição da renda trata dos 45% da Renda Interna Bruta (igual ao Produto Interno Bruto) que vão para as pessoas físicas (183 milhões de brasileiros). A outra parte, que vai para as pessoas jurídicas (empresas principalmente) sob a forma de juros, lucros, dividendos, aluguéis, etc., cujo número de recebedores fica entre 1% a 2% da população, apropria-se de igual fatia da Renda Interna – algo em torno de 45%. Os 10% que fecham esta totalidade referem-se a recursos de manutenção e ampliação das máquinas burocráticas.” (Delgado, 2010:415)

Em sua análise, Miguel Bruno busca desvendar se vem ocorrendo no país uma redistribuição real da riqueza. A partir da constatação de que o mecanismo que operou a pequena melhora no rendimento do trabalho frente ao capital decorreu essencialmente dos benefícios monetários – previdência, assistência, seguro-desemprego, FGTS, PIS-Pasep – e da renda transferida pelo Programa Bolsa-Família (0,5% da Renda Interna), o autor conclui

⁶DELGADO, Guilherme C. Desigualdade social no Brasil. In: **Os anos Lula**. Contribuições para um balanço crítico 2003/2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 413-418.

que não vem se constatando na sociedade brasileira alteração na concentração da apropriação da riqueza econômica. Para Miguel Bruno, a riqueza medida pela posse de ativos (direito de propriedade, ações, obrigações, títulos da dívida pública, valores imobilizados, terras, imóveis, bancos, empresas comerciais, industriais, etc.) continua se concentrando no Brasil como vem ocorrendo nos outros países capitalistas. A concentração da propriedade da terra rural é uma das expressões mais significativas deste traço da sociedade brasileira. Apesar do programa da reforma agrária e do MST (Movimento dos Sem-Terra), a propriedade fundiária rural vem se concentrando ainda mais com a expansão dos agronegócios.

A pergunta que se coloca a seguir é se podemos observar, em compensação, a melhora da distribuição da riqueza nacional pela ampliação do acesso aos serviços sociais prestados aos cidadãos e aos trabalhadores. Ou seja, a complementação da sua análise exigiria colocar em discussão se os direitos sociais vêm se constituindo no Brasil em mecanismo de efetiva desconcentração da riqueza nacional, por aumentar o bem-estar social e o acesso a oportunidades (educação, por exemplo). Embora Miguel Bruno reconheça melhora da universalização de determinados serviços sociais, sua resposta é negativa. Sem entrar na avaliação sobre a qualidade desses serviços sociais universalizados, seu argumento se centra na constatação de que o efeito redistributivo da riqueza nacional pela via dos direitos sociais implica em um sistema de financiamento público que se calcasse na tributação progressiva dos rendimentos e do patrimônio. Manter e ampliar benefícios e serviços do Estado do Bem-Estar requer crescentes aportes de recursos capturados pela tributação. Esta, por sua vez, precisaria, ademais, se pautar em uma progressiva taxaço sobre os rendimentos e patrimônios. “Mas infelizmente não é esta a ideologia que dirige os destinos econômicos do país”. (*Ibid.*, p. 417).

Estes elementos de análise, apresentados de maneira sumária, parecem autorizar que exploremos a hipótese de a transição histórica significar a permanência da revolução passiva⁷ como forma de evidenciar a predominância de uma dinâmica neoliberal. Apesar da retórica de contraposição à política neoliberal do período do governo Fernando Henrique Cardoso, a orientação política pós 2003 parece não se fundar na materialização do novo pacto nacional necessário ao rompimento da histórica subordinação do Estado ao capital, pressuposto de um modelo de desenvolvimento que não reproduza os traços liberais do período anterior. Segundo J. Fiori (1999), no período demarcado pela crise dos anos 1980 e no do governo FHC permaneceram as mesmas contradições e compromissos do pacto de dominação que comandou a nossa industrialização, que atrelou o Estado ao capital privado, fragilizando-o em sua capacidade política, institucional e fiscal para construir um projeto de desenvolvimento autônomo que consiga enfrentar os nossos históricos desequilíbrios e

7 A compreensão dos caminhos e do sentido particulares percorridos pela modernização brasileira através do conceito gramsciano de revolução passiva, assim como suas consequências políticas, vem sendo proposta por Luis Werneck Vianna em vários textos e livros. Ver, por exemplo, VIANNA, Luis Werneck. **A revolução passiva**. Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

iniquidades sociais e regionais. Escrevendo no momento de afirmação da política neoliberal dos anos 1990, no qual o debate girava fortemente em torno da reforma do Estado, Fiori afirmava que “as transformações que se impõem no momento são radicais e apontam para uma mudança qualitativa do papel do Estado. Uma mudança que deverá colocá-lo na posição de sustentáculo fundamental das estratégias empresariais de conquista dos mercados externos e de luta pelos mercados internos, além de promotor ativo de uma melhor distribuição da renda e das condições de vida da população. Só uma mudança deste tipo em um pacto nacional, que incorpore a população até hoje excluída, permitirá retomar o aparelho do Estado e dotá-lo da flexibilidade instrumental capaz de viabilizar um Estado ágil – interna e externamente – em suas intervenções, definidas por uma estratégia que solidarize os setores empresariais hegemônicos e as burocracias estatais, e que seja compatível com os ideais de dignidade e de cidadania populares, completamente ausentes, até hoje, da história política brasileira.”(Fiori, 1999: 115). Para José Luis Fiori (1999)

(...) em grandes linhas, a proposta estratégica dos neoliberais determina que as nossas elites empresariais aceitem a ideia de trocar a fuga para frente por uma espécie de fuga para fora, sendo que para as populações que não puderem ser incorporadas à lógica desta nova estratégia, resta entre as elites mais compreensivas uma proposta assistencialista ampliada e moralizada ou simplesmente a expectativa de que a trajetória demográfica acabe resolvendo, em meados do século XXI, a velha questão malthusiana, cujo espectro assusta cada vez mais a nossa sociedade metropolitana. (p. 115-116).

Em resumo, o cenário de rompimento com as tendências liberais historicamente inscritas em nossa industrialização pressupõe a construção de novo bloco histórico com capacidade política, institucional e fiscal de orientar o desenvolvimento nacional para objetivos de crescimento, regulação nacional e proteção social. A política do governo Lula, apesar dos seus efeitos em termos de distribuição da renda e da retórica desenvolvimentista parece não expressar de fato a reforma do Estado brasileiro pressuposta e, menos ainda, o bloco histórico mencionado. Por um lado, a diminuição da desigualdade de renda verificada no período dos governos Lulas expressa tendências históricas em curso desde os anos 1980 e, por outro lado, a sua aceleração após 2003 resulta de políticas combinadas com os efeitos de uma conjuntura macroeconômica favorável. Com efeito, a orientação da atual elite dirigente, em razão do seu pragmatismo e do seu projeto de poder–a governabilidade–, passou a fundar-se no crescimento econômico a todo custo e no uso de políticas distributivas, ao invés de redistributivas, que foram viabilizadas pela expansão do mercado internacional e por seus impactos positivos em nossa pauta de exportação de *commodities*⁸

⁸ Esta hipótese é também defendida por Reinaldo Gonçalves em alguns textos dedicados a refletir sobre os fundamentos explicativos das políticas orientadas à distribuição de renda durante os dois governos Lula. Por exemplo, em artigo publicado comparando o fenômeno da redução das desigualdades de renda no Brasil com outros países da América Latina, Gonçalves constata que “o imperativo da governabilidade e a perpetuação no poder são determinantes das políticas redistributivas na região, independente do modelo econômico-político vigente em cada país; ou seja, as políticas redistributivas são funcionais na luta pelo poder político.” Por outro lado, “sem mudanças estruturais (e.g., reforma tributária) as principais políticas redistributivas na América

sem a realização de mudanças estruturais dos fundamentos do capitalismo brasileiro. O resultado tem sido um “regime de crescimento”, para usar os conceitos de Miguel Bruno, que não permite de fato termos uma política econômica que nos desatrela dos laços da financeirização, portanto, de uma dinâmica que empurra o país para mais uma rodada liberal de crescimento econômico.

A manutenção de tendências que configuram um modelo liberal-periférico decorre dos obstáculos à construção de um bloco de poder que, aproveitando as oportunidades abertas com a fase de crise da hegemonia estadunidense⁹ no plano internacional, tenha a capacidade política de coesionar as forças internas em torno de um projeto de desenvolvimento fundado na proteção nacional da nossa base produtiva e que, ao mesmo tempo, exerça uma geopolítica internacional de inserção ativa das relações com a economia global.

2.3. O Liberalismo-Periférico como condição histórico-estrutural

Mas, para além desta razão política, reencontramos nesta conjuntura os condicionantes histórico-estruturais da nossa constituição como semiperiferia da expansão do moderno sistema capitalista, fato que tem sido objeto do pensamento social brasileiro desde Celso Furtado. Este elemento de análise nos interessa sobretudo por uma dupla razão: de um lado, porque nos permite introduzir em nosso arcabouço teórico de reflexão sobre as metrópoles e suas transformações a precisão conceitual do que estamos chamando de neoliberalismo (objeto da parte IV do presente documento); de outro lado, porque nos permite compreender as particularidades da nossa formação histórica que explicam o nosso desenvolvimento capitalista atrelado à dinâmica das forças de mercado, com o propósito de extrairmos dela alguns elementos teóricos para a compreensão da ordem urbana que constituiu as nossas metrópoles (objeto do próximo tópico do documento). Por estas duas razões nos parece importante explicitar melhor a nossa compreensão destes condicionantes histórico-estruturais.

Retomo algumas reflexões elaboradas para o texto¹⁰ apresentado no seminário sobre teoria urbana na América Latina, realizado na cidade do México em 2011. O ponto de

Latina, em geral, e no Brasil, em particular, erguem a “linha de menor resistência”, visto que envolvem aumento do gasto público social e do salário mínimo real. No período 2003-08 essas políticas foram condicionadas, em grande medida, pela evolução favorável da economia mundial, via afrouxamento da restrição das contas externas e das contas públicas; a crise global em 2008-09 provoca reversão ou interrupção da tendência de queda da desigualdade na região (...). (GONÇALVES, Reinaldo - Redução da desigualdade da renda no Governo Lula. Análise comparativa, junho de 2011. Documento cedido diretamente por seu autor. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/hpp/mostra.php?idprof=77>).

⁹ A existência da crise da hegemonia americana bem como os seus possíveis desdobramentos não tem consenso entre especialistas como I. Wallerstein, G. Arrighi, J.L. Fiori, entre outros.

¹⁰ RIBEIRO, L. C. Q. As metrópoles do pensamento urbano latino-americano. Reflexões para uma teoria urbana do processo de metropolização. Texto apresentado no Seminario Taller Internacional, Teorías sobre la ciudad

partida é a leitura histórico-institucional da formação e expansão do capitalismo como economia-mundo e sistema interestatal, formulada por G. Arrighi¹¹, F. Braudel¹² e Charles Tilly¹³. A economia-mundo vem se expandindo a partir da Europa desde o século XV sob dois movimentos históricos: a construção da ordem interestatal, dando nascimento aos Estados Territoriais, e depois aos Estados Nacionais e à construção da ordem industrial.

O mundo capitalista foi constituído por uma ordem gerada pela aliança entre os donos do poder e os donos do dinheiro. Esta aliança fez nascer um capitalismo globalizado desde seu início e que se desenvolve tendo como força a dinâmica de um sistema de competição interestatal. Esta dinâmica criou uma geografia mundial baseada na constituição de sucessivos núcleos, semiperiferias e periferias.

A formação do Estado-Nação e a constituição da ordem industrial nos países do centro da economia-mundo capitalista desencadearam um duplo movimento histórico, responsável pela Grande Transformação do capitalismo entre os séculos XIX e XX. Este movimento histórico, para K. Polanyi, apresenta dois princípios organizadores da sociedade (liberal), cada um deles determinando os seus objetivos institucionais específicos, com o apoio de forças sociais definidas e utilizando diferentes métodos próprios. Um foi o liberalismo econômico, que objetivava estabelecer um mercado autorregulado, que dependia do apoio das classes comerciais e usava principalmente o *laissez-faire* e o livre-comércio como seus métodos. O outro foi o princípio de proteção social, cuja finalidade era preservar o homem e a natureza, além da organização produtiva, e que dependia do apoio daqueles mais imediatamente afetados pela ação deletéria do mercado – principalmente as classes trabalhadoras e fundiárias – que utilizava a legislação protetora, associações restritivas e outros instrumentos de intervenção como seus métodos.

No coração da economia-mundo, estes dois movimentos se traduziram no internacionalismo transformado em nacionalismo-liberal associado ao imperialismo. O Estado passa a atuar na proteção dos seus mercados nacionais. Como disse Polanyi: “Na verdade, o novo nacionalismo foi o corolário do novo internacionalismo” (1980: 198). Na formação dos Estados Nacionais dos países da semiperiferia e na periferia da economia-mundo, estes dois princípios atuaram de maneira desigual.

Para José Luis Fiori¹⁴, estes dois princípios enunciados por Polanyi seriam universais na medida em que expressam duas contradições essenciais ou materiais do capitalismo: a

contemporânea em América Latina, que ocorreu na Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, México DF, entre os dias 17 e 20 de outubro de 2011.

¹¹ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto, 1995.

¹²BRAUDEL, Fernand. *Civilisation Matérielle, Economie et Capitalisme, XVe-XVIIIe Siècle*. Paris, França: Armand Colin, 1979 ; BRAUDEL, Fernand. **La dynamique du capitalisme**. Paris, França: Ed. Arthaud, 1985.

¹³TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: EDUSP, 1996.

¹⁴FIORI, José Luis (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999; FIORI, José Luis. **Brasil no Espaço**. Petrópolis RJ: Vozes, 2001.

contradição entre capital e trabalho e a entre a globalidade dos seus fluxos econômicos e a territorialidade da gestão política. O desenvolvimento destes dois movimentos históricos é desigual porque obedece ao (i) desenvolvimento territorial desigual do capitalismo e (ii) é impulsionado pela competição e hierarquização do poder dos Estados nacionais. É exatamente isso que nos interessa sublinhar: apesar de sua universalidade, esses dois princípios atuam de forma diferente fora do núcleo original (norte-europeu) do sistema. Entretanto, para poder introduzir essa dimensão histórico-territorial é necessário primeiro clarificar, conceitualmente, algumas distinções presentes no pensamento de Polanyi.

Em primeiro lugar, o princípio da autoproteção promoveu a regulação das relações sociais internas de cada país, resultando em uma politização das relações de classe, forçando uma lenta democratização dos sistemas políticos europeus. Em segundo lugar, a proteção social também se manifestou sob a forma de uma autoproteção nacional através da regulação estatal das relações econômicas externas de cada país, através de uma política do tipo neomercantilista. Mas este segundo princípio somente se realizou no núcleo da economia-mundo, envolvendo os países centrais e seus sócios próximos. Estes países impõem uma proteção nacional e, ao mesmo tempo, no plano internacional, o livre cambismo e as políticas liberal-internacionalizantes. Fazendo esta diferenciação, Fiori constata que os dois movimentos do desenvolvimento do capitalismo se realizaram de formas distintas no núcleo e na semiperiferia. O princípio internacional-liberalizante foi imposto pelo poder material e cultural da potência econômica dominante.

Na qualidade de periferia desta economia-mundo, o Brasil teve como particularidade histórica o fato de ter um Estado territorial independente desde o início do século XIX, mas tal fato não desencadeou o movimento de autoproteção na sua dupla dimensão: a nacional e a social. Frente ao sistema interestatal conformado globalmente, o Estado não se colocou em confrontação com o movimento liberal-expansionista. Tampouco ocorreu no continente latino-americano um expansionismo regional, como aconteceu em outras periferias constituídas pela economia-mundo e pelo sistema interestatal. Por exemplo, no sudeste asiático, com a conformação do Estado Japonês. O fato é que no continente latino-americano “os Estados nacionais não participam da competição interestatal como tampouco sua competição regional ocupa lugar de destaque na multiplicação das riquezas nacionais.” (Fiori, 1999: 175). Neste ponto, Fiori lembra os ensinamentos de Charles Tilly que, confrontando os processos de formação dos Estados na Europa, América Latina e Ásia, observa que eles “diferem grandemente no que diz respeito tanto à organização interna quanto à posição dentro do sistema universal de estado [...] e] ao estender-se ao mundo não europeu, o sistema de estados não continuou simplesmente o mesmo”. (Tilly, 1996: 278).

As elites brasileiras foram cosmopolitas e liberais-internacionalizantes, salvo nos períodos de 1930-1955 e na década de 70 quando, citando novamente Fiori:

(...) pode-se dizer que houve convergência entre os movimentos de autoproteção nacional e de regulação das relações sociais. Por isso o projeto de construção

nacional ficou sempre inconcluso e o nacionalismo foi, sobretudo, uma ideologia de intelectuais, militares, burocratas e de um pequeno segmento empresarial, enquanto a ação do princípio de proteção social foi extremamente lenta e não seguiu a trajetória das revoluções democráticas e socialistas europeias, nem das modernizações autoritárias e pelo alto, ficando próxima da evolução secular dos Estados Unidos, com quem nossas elites já haviam partilhado – em sua Inconfidência Mineira - o sonho da criação de uma república escravocrata¹⁵. (p. 72-73)

Portanto, o período em que se configuram os traços mais nítidos do chamado *modelo desenvolvimentista* se caracteriza pela situação histórica excepcional na qual se suspendeu parcialmente o poder do movimento liberal-internacionalizante presente na formação da sociedade brasileira como força de organização da economia e do Estado. Surge um projeto nacionalista autoritário, fundado em ações de proteção da economia nacional traduzida por uma política de substituição de importação - mas que não rompeu com a nossa condição de capitalismo associado à expansão da economia-mundo- e na regulação das relações sociais (planejamento governamental), mas que deixou amplas zonas da sociedade organizadas pelas forças do mercado e instituições criadas pela própria sociedade.

Na viabilização política deste modelo de expansão capitalista, as forças modernizadoras acabaram por se acomodar em um pacto conservador com os históricos interesses mercantis e liberais constituídos no Brasil desde sua inserção como periferia na expansão do capitalismo.

Creio que a leitura histórico-institucional do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, fundada nas reflexões do grupo de pesquisa NEPSM¹⁶, aqui esboçada, nos permite, de um lado, melhor qualificar o período correspondente ao modelo de substituição de importação. Por outro lado, nos ajuda a encontrar marcos teóricos e analíticos para interpretar o período atual à luz da hipótese do neoliberalismo periférico. Com efeito, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil teria constituído um modo de reprodução social apenas parcialmente organizado sob a lógica da mercantilização. Neste modo de reprodução social sempre estiveram presentes outras instituições (reciprocidade, administração doméstica e redistribuição, mencionadas por Polanyi). Não se trata de voltar às teses dualistas, mas de pensar sob a ótica das contribuições da sociologia brasileira que, desde Florestan Fernandes, mostraram como o moderno capitalismo se institui reproduzindo o tradicional-arcaico. Ou seja, as formas de reprodução organizadas com base em outras instituições sociais além do mercado foram funcionais à constituição e ampliação do padrão de acumulação de capital que aqui se instala com a industrialização. Tais formas de reprodução social se constituíram como reações de autoproteção da sociedade contra as ameaças de dissolução social geradas pela emergência do mercado autorregulado, como poderia ser a interpretação à luz das ideias de Polanyi. O desenvolvimento do capitalismo no

¹⁵ FIORI, J. L. **Polarização Mundial e Crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 72-73.

¹⁶ Nova Economia Política do Sistema Mundo. Grupo de pesquisa organizado no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro que tem o Prof. Jorge Luis Fiori como coordenador.

Brasil se realizou tendo como um dos seus pilares uma extensa e espessa camada de *vida material*, usando a expressão de Braudel¹⁷, na qual uma parte importante da sociedade se reproduzia por meio de formas de produção, circulação e consumo apenas parcialmente penetradas pelo mercado, composta pela produção doméstica de alimentos no campo e pela produção coletiva de cidade expressa pela autoconstrução da moradia. Mas funcionalmente sustentadora do desenvolvimento do capitalismo brasileiro que se fundou em uma brutal e abrupta mercantilização da força de trabalho operada pelas violências do fim do escravismo, da migração internacional e, sobretudo, da migração campo-cidade.

A compreensão da extensão e espessura da camada da *vida material* criada pelo capitalismo, assim como o seu papel na expansão deste capitalismo, deve levar em consideração as determinações históricas que guiaram e condicionaram esse processo. Devemos destacar aqui, seguindo as pegadas de alguns autores brasileiros¹⁸, a dimensão territorial do país e um processo de ocupação econômica que, desde a colônia, foi marcado por forças dispersivas que foram as bases históricas das quais emergiram uma dinâmica de desenvolvimento heterogêneo das relações capitalistas e, simultaneamente, uma dinâmica de tendências à homogeneização que não dissolveram de imediato a heterogeneidade

¹⁷ Braudel concebeu o capitalismo como a camada superior de uma estrutura organizada em três patamares, na qual, “como todas as hierarquias, as [camadas] superiores não poderiam existir sem os estágios inferiores de que dependem. “A camada inferior seria uma economia extremamente elementar e basicamente autossuficiente. Braudel denominou essa camada de *vida material* que, segundo ele, seria “a camada da não-economia, o solo em que o capitalismo crava suas raízes, mas no qual nunca consegue realmente penetrar”. A nossa apropriação desta concepção de Braudel nos permite pensar como a nova rodada de expansão das forças liberalizantes-internacionais busca, neste momento, incorporar a vida material à órbita do mercado, portanto, à acumulação do capital.

Para a compreensão da importância do pensamento de Braudel na conformação das várias vertentes da compreensão do desenvolvimento do capitalismo como a moderna economia-mundo originada no século XVI, é interessante registrar os impactos metodológicos da sua obra fundada na ideia de uma história total. Na leitura realizada por vários autores, a começar por Wallerstein e Guder Frank, a compreensão do capitalismo deveria superar visões abstratas construídas por liberais e marxistas do capitalismo como um modelo teórico. Isto implicava em uma nova atitude metodológica caracterizada por:

- a) uma injeção de história na economia contra a abstração dos modelos;
- b) adoção de uma concepção ampliada do espaço-tempo;
- c) a compreensão das diferenças entre o capitalismo como modo de produção e apropriação da riqueza fundado na associação do poder do dinheiro com o poder político;
- d) portanto, o capitalismo se caracteriza por se organizar por uma lógica anti-mercado no sentido da concorrência como base das relações de troca;
- e) as raízes do capitalismo vão além da economia e da política, o que se expressa na mobilização de várias dimensões da ordem institucional – cultural, religiosa, social –, atuando como base de sustentação e legitimação da hierarquia de poder econômico e político que funda a lógica dos monopólios;
- f) por sua vez, o poder de monopólio do capitalismo está organizado como um poder de escolha dos capitalistas, que o exercita como poder de criar anti-mercados e dele se beneficiar.

Vale a pena ainda comentar que esta visão desfaz o fundamento abstrato-teleológico da concepção de Marx do desenvolvimento por etapas do capitalismo, saindo da fase do capitalismo mercantil, passando para a pequena produção e produção capitalista, esta alcançada quando o capital passa a controlar integralmente o trabalho.

Seria de grande utilidade pensar esta hipótese à luz do conceito de “acumulação por espoliação” formulado por David Harvey.

¹⁸ BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento**. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

econômica e social. No desenvolvimento do nosso capitalismo, estruturalmente, vêm convivendo forças geoeconômicas e geopolíticas de integração e de dispersão, de homogeneização e diferenciação.

Na fase atual, estaríamos no momento de retomada da força do movimento liberal-internacionalizante na expansão do capitalismo, hipótese que pode parecer contraditória à retórica nacionalista, estatista e desenvolvimentista das atuais elites governantes e com as políticas sociais apresentadas como constituidoras de uma rede de proteção social. Devemos pensar esta contradição compreendendo o processo de neoliberalização como uma nova rodada de mercantilização da sociedade que acontece em um quadro histórico iniciado com a eleição de Lula, no qual o Estado deve atender às demandas e constrangimentos colocados pelo movimento liberal-internacionalizante e, simultaneamente, às necessidades pragmáticas de governabilidade e de reprodução política de um novo arranjo de forças e interesses. De qualquer forma, como trataremos mais adiante neste documento, o neoliberalismo deve ser pensado como diferenciado, heterogêneo e mesmo contraditório, portanto como transição ao invés de ruptura histórica. O principal fundamento dessa maneira de pensar está no fato de que o neoliberalismo, nos marcos do nosso enquadramento teórico, implica em nova etapa da aliança entre os donos do poder e os donos do dinheiro na expansão da economia-mundo. Nova etapa em razão das características contemporâneas (econômicas, tecnológicas, institucionais, etc.) da expansão da economia-mundo aberta com a crise do capitalismo na segunda metade dos anos 1970. Nova etapa também em razão de a nossa inserção nesta expansão ocorrer sob um regime democrático, diferentemente do momento anterior marcado por vários ciclos de autoritarismo¹⁹. Este fato tem implicações no contexto institucional e político no qual o Estado deve articular suas estruturais funções de legitimidade e de acumulação.

Quais as consequências para a formação da ordem urbana brasileira? Que papel a cidade pode estar exercendo na definição da trajetória dessa transição?

III. A Ordem Urbana na Metrópole Liberal-Periférica

Como utilizar esta compreensão sobre desenvolvimento do capitalismo na construção conceitual da metrópole liberal-periférica? Creio que o debate em torno da urbanização dependente seja um ponto de partida. Por quê? Por duas razões.

¹⁹ “A história, a brasileira, desde a Revolução de 30, mostra que no espaço de 60 anos é possível contar duas ditaduras, a de Vargas entre 1930 e 1945 e a que seguiu ao golpe militar de 64, até 1984, perfazendo 35 anos de ditadura em 60 anos de história da mudança de dominação de classe. Mais, se forem contadas, além dos golpes que resultaram em ditadura, as tentativas de golpes falhados, chega-se à média de um golpe ou tentativa para cada três anos, desde 30 até 90”. OLIVEIRA, Francisco. Privatização do Público, Destituição da Fala. In: OLIVEIRA, Francisco & PAOLI, Maria Célia. Os Sentidos da Democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global. São Paulo: Vozes/FAPESP, 1999. p. 55-82.

Em primeiro lugar, pela afinidade teórica entre as vertentes desta concepção do capitalismo como um sistema histórico com o *pensamento dependentista* que se constitui nos anos 1970 na América Latina. Como identifica Wallerstein (2006), após a Segunda Guerra Mundial, sob o impacto do debate organizado em torno das questões do desenvolvimento na periferia. Na América Latina, a partir da formulação de Raul Prebisch e do seu modelo centro-periferia e, posteriormente, da teoria da dependência, ocorreu a injeção de história na teoria econômica voltada para explicar os obstáculos e as possibilidades do desenvolvimento do capitalismo na periferia. O debate construído em torno das teses da dependência, do imperialismo, da teoria da modernização trouxe para o coração da compreensão do capitalismo uma nova concepção teórica sobre as sociedades latino-americanas centrada na compreensão da historicidade.

Em segundo lugar, em razão de este debate ter tido grande impacto nos vários campos do pensamento social brasileiro, gerando a reflexão orientada pela captura da nossa concretude histórica, atualizando e dando nova roupagem teórica aos empreendimentos iniciados por Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda. O conhecido Seminário de Marx realizado na USP nos anos 1960 constituiu-se em marco fundamental neste sentido, ao construir um quadro de referência teórica e metodológica renovadora da compreensão da formação histórica brasileira, cujo traço fundamental foi a realização daquilo que Robert Schwarz (1998) chamou de “deslocamento da própria problemática marxista”. Fez surgir um “marxismo acadêmico”, como chamou Fiori (2001: 44), que propunha a apropriação crítica das categorias marxistas na interpretação do Brasil e da América Latina. Outras vertentes do pensamento social brasileiro, inspiradas nas teses dependentistas, tiveram também papel relevante na renovação da interpretação nos anos 1960 e 1970, como o ISEB e a Escola de Campinas.

Estas interpretações deram origem a conceitos como “capitalismo dependente-associado”, “capitalismo tardio e de ciclos endógenos” da Escola de Campinas, “Dialética da Dependência” de Ruy Mauro Marini, etc. J. L. Fiori, fazendo um balanço deste debate, em especial, conclui que, no campo do que ele chama de pensamento estruturalista

Muito simplificadamente, poder-se-ia dizer que o estruturalismo originário compreendeu a importância das relações centro e periferia, mas sua visão do sistema mundial é basicamente econômica; os dependentistas, por sua vez, esqueceram a economia e simplificaram em excesso a dimensão geopolítica do sistema mundial; finalmente, a escola campineira não deu maior importância analítica ao próprio papel endógeno do sistema mundial.

Mais adiante conclui a sua análise crítica sobre este pensamento e, ao mesmo tempo, apresenta implicitamente a orientação do seu programa de pesquisa:

O problema, nessa discussão, é que nenhum das três vertentes dessa tradição do pensamento crítico incorpora simultaneamente, na sua leitura de longo prazo do desenvolvimento capitalista latino-americano, a questão das contradições e conflitos

entre Estados e entre classes sociais. O capitalismo é um sistema global, mas omite-se sistematicamente que a sua gestão política é interestatal e competitiva. A expansão do sistema assenta-se sobre relações de classe, mas o seu conflito não aparece na maior parte das análises econômicas. Além disso, os Estados, individualmente são vistos – quase sempre – como instituição homogênea e iluminista, capaz de seguir os conselhos mais ou menos equivocados dos economistas. Trata-se de um aparelho capaz de encaminhar, desenvolver ou operar políticas econômicas. Não se toma em consideração que os Estados tenham que cumprir objetivos incompatíveis com os ideais dos economistas. (Fiori, 2001: 50-51)

Para Fiori há um “ângulo cego” no pensamento crítico latino-americano que é a ausência da compreensão do papel da competição entre as nações e a conquista de territórios no desenvolvimento capitalista. Portanto, o ponto de partida da nossa empreitada de construção do conceito de metrópole liberal-periférica é superar este ângulo cego, a nosso ver presente no pensamento social brasileiro e latino-americano. Ela implica em assumir a hipótese de que a urbanização brasileira e seus efeitos geográficos, sociais, culturais, etc. resultam da nossa inserção periférica na economia-mundo capitalista na medida mesmo em que, na qualidade de país e nação, somos resultados da sua própria formação. Com efeito, as características da nossa urbanização, tanto nos seus aspectos ecológico-demográficos e ecológico-econômicos (o que na linguagem do nosso campo chamamos rede de cidades), quanto no que diz respeito aos traços gerais da nossa sociedade urbana, decorrem das várias etapas da nossa inserção nesta economia-mundo capitalista: como colônia, como país agroexportador e como economia parcialmente industrializada. Implica também em considerar o processo de urbanização como resultado de uma economia política constituída simultaneamente por articulações e conflitos internos e externos à sociedade brasileira²⁰.

²⁰ Esta concepção de alguma forma estava presente na chamada “teoria da dependência” formulada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Com efeito, em um texto no qual F. H. Cardoso responde às críticas formuladas por Francisco Weffort sobre a ausência de fundamentos teóricos do conceito de dependência deixando claro que estava a sua formulação se orientava pela preocupação ideal-tipo cuja utilidade seria lançar luz a situações concretas de dependência. Por outro lado, o conceito pretendia superar os impasses teóricos presentes no debate sobre o desenvolvimento capitalista na América Latina, marcado pela polêmica entre fatores internos e externos explicativos do subdesenvolvimento e das possibilidades de desenvolvimento no continente. A seguinte passagem expressa esta proposta:

- a) as análises do processo histórico de constituição da periferia da ordem capitalista internacional devem explicar a dinâmica da relação entre as classes sociais no nível interno (no caso das situações de dependência mantidas a partir da existência de Estados Nacionais) ;
- b) as análises do processo histórico de constituição da periferia da ordem capitalista internacional devem explicar a dinâmica da relação entre as classes sociais no nível interno (no caso das situações de dependência mantidas a partir da existência de Estados Nacionais) ;
- c) os condicionantes externos, isto é, o modo de produção capitalista internacional, “o imperialismo”, o mercado externo, etc. (ou seja, tanto os aspectos econômicos como os políticos do capitalismo), reaparecem inscritos estruturalmente tanto na articulação da economia, das classes e do Estado com as economias centrais e com as potências dominantes, como articulação dessas mesmas classes e no tipo de organização econômica de cada situação de dependência.

A superação deste “ângulo cego” da “teoria da dependência” deve buscar ampliar a proposta da unidade dialética nela contida, especialmente na formulação de F. H. Cardoso e Enzo Faletto. O próprio Fiori (2001:52-53) propõe uma unidade dialética como agenda de pesquisa fundada em sua visão sobre a relação intrínseca entre os donos do poder e os donos do dinheiro na explicação do desenvolvimento do capitalismo. A necessidade de considerar a unidade teórica e histórica entre as forças contraditórias do desenvolvimento do capitalismo:

- “i) entre a natureza simultaneamente nacional e internacional do capital;
- ii) entre a natureza global dos fluxos econômicos e a sua gestão política pluriestatal;
- iii) entre a “vocação” liberal-internacionalizante do capital e a sua permanente necessidade de associar-se às máquinas estatais de poder territorial;
- iv) e entre a vocação ao império mundial, do capital financeiro, e a multiplicidade de “vocações imperiais” dos poderes políticos.

É nesse ponto que a tradição estruturalista pode e deve ser enriquecida pelas novas abordagens históricas que trabalham, desde a década de 70, com os conceitos de economia-mundo capitalista (Braudel) e de sistema mundial moderno (Wallerstein). Tais abordagens se propõem estudar, exatamente, a história da expansão do sistema mundial e da constituição de mercado e do capitalismo internacional, como obra conjunta do poder político e do capital. Como diz Fernand Braudel,

O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é Estado”, e foi na Europa dos séculos XV e XVI que ocorreu esta junção, produzindo a “poderosa mescla que impeliu as nações europeias à conquista territorial do mundo e à formação de uma economia mundial poderosíssima e verdadeiramente global”. (Braudel, F. In: Arrighi, 1996:11). Essa leitura sublinha, junto com Max Weber, a importância na história do desenvolvimento capitalista da “memorável aliança entre os Estados em ascensão e as forças capitalistas.

“Está claro que o suposto teórico mais geral que torna possível este enfoque é o de que não existe a distinção metafísica entre condicionantes externos e os internos. Noutros termos: a dinâmica interna dos países dependentes é um aspecto *particular* da dinâmica mais geral do mundo capitalista. Porém, essa “dinâmica geral”, não é um fator abstrato que produz efeitos concretos; ela existe por intermédio tanto dos modos singularizados de sua expressão na “periferia do sistema”, quanto pela maneira como o capitalismo internacional se articula. Essa “unidade dialética” é que leva a recusar a distinção metafísica (isto é, que supõe uma separação estática) entre fatores externos e efeitos internos e, por consequência, leva a recusar todo tipo de análise da dependência que se baseia nesta perspectiva.

“Assim, a noção de dependência é apresentada para pôr ênfase em um tipo de análise que recupera a significação política dos processos econômicos e que contra a vagueza das análises pseudo-marxistas que veem no imperialismo uma enteléquia que condiciona apenas do exterior o processo histórico dos países dependentes, insiste na possibilidade de explicar os processos sociais, políticos e econômicos a partir das situações concretas e particulares que eles se dão nas situações de dependência.” (F. H. Cardoso – Teoria da Dependência ou Análise de Situações Concretas).

Como já postulado por um dos mais ricos pensadores latino-americanos – Anibal Quijano –, desde a nossa formação histórica, a urbanização ocorrida no continente em suas várias dimensões resulta dos efeitos internos das relações estruturais de interdependência com a economia global combinados a dinâmicas históricas internas aos países²¹. As reflexões de Anibal Quijano nos deixam algumas lições importantes como orientações metodológicas para a nossa reflexão sobre a constituição da ordem urbana na sociedade brasileira. São elas:

- a- Não se pode pensar a urbanização somente em um dos seus aspectos. É necessário pensá-la como fenômeno multidimensional. Quais são: ordem ecológica-demográfica e as ordens institucionais: econômica, social, cultural e política. Portanto, não é possível pensar a urbanização dissociada da sociedade nacional e suas características;
- b- Cada dimensão da urbanização – ou ordens, na linguagem de Quijano – mantém uma relação de interdependência com as outras e com a totalidade da sociedade global e

²¹ Vale a pena a longa transcrição abaixo do texto de Anibal Quijano:

“O processo atual de urbanização na América Latina consiste na expansão e modificação dos setores urbanos já existentes na sociedade em consequência das quais as relações urbano-rurais dentro dela tendem a se alterar, consolidando e estimulando mudanças correspondentes nos próprios setores rurais.

Essas tendências não se produzem somente na ordem ecológico-demográfica, mas em cada uma das várias ordens institucionais em que a estrutura social da sociedade pode ser analisada, isto é, econômica, ecológica-demográfica, social, cultural e política. Em síntese, trata-se de um fenômeno multidimensional que é uma das expressões máximas do processo social geral de mudança das nossas sociedades.

As diversas ordens institucionais básicas, discerníveis analiticamente na sociedade, mantêm estreita relação de interdependência entre si e com a sociedade global, mas, ao mesmo tempo, conservam uma relativa autonomia de existência e mudança. Quer dizer, os processos de mudança que afetam a estrutura total da sociedade e que, portanto, atravessam cada uma das suas ordens institucionais, podem realizar-se em níveis distintos e com características próprias em cada ordem, dependendo do modo e das circunstâncias concretas em que se efetua a necessária interdependência entre as ordens e entre estas e a sociedade global.

Sob este ponto de vista, faz sentido afirmar que o processo geral de urbanização da sociedade na América Latina tem necessariamente que ser estudado como um processo conjunto que, como tal, é condicionado pela situação histórica da sociedade global de cada país e no conjunto destes na região, mas recortado em dimensões específicas cujas articulações mútuas devem ser estabelecidas sistematicamente ao mesmo tempo em que devem os seus desníveis e características próprias.

Dito de outro modo, se o que se busca não é estudar somente alguma de suas manifestações mais concretas, mas também como e por que ocorre o processo conjunto [*de urbanização*] e qual o seu significado no processo geral de mudança das nossas sociedades, ele não pode ser reduzido a nenhuma das suas dimensões em separado, nem tampouco a fenômenos que se desenvolvem dentro do setor estritamente urbano, desmembrado das suas relações de interdependência com o rural. Enfim, o conjunto não pode ser entendido fora do marco histórico que condiciona a situação da sociedade global.

Quanto a todos estes assuntos, a investigação da urbanização da sociedade na América Latina, em geral, até este momento tropeça em duas dificuldades importantes. De um lado, ainda que se reconheça o caráter multidimensional do processo, não está clara a maneira como se articulam as várias dimensões possíveis entre si e com a sociedade global, e a dificuldade costuma fazer com que se privilegie a dimensão ecológico-demográfica, sem dúvida porque é a presença mais positiva. Por outro lado, investiga-se o fenômeno como se ocorresse em sociedades isoladas ou autônomas, apesar de as sociedades latino-americanas serem constitutivamente dependentes e, conseqüentemente, sua legalidade histórica ser dependente. “Ou, em outras palavras, a racionalidade dos seus processos históricos de mudança não pode ser estabelecida à margem da dependência.” QUIJANO, Anibal – Dependência, Mudança Social e Urbanização na América Latina, In: LOPES, Fernando – (Org.). **A Questão Urbana na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1978. p. 11-12.

com a sociedade nacional. Mas, cada ordem não é um simples epifenômeno da sociedade global. Há uma relativa autonomia de cada ordem. Isto quer dizer que as mudanças globais da sociedade nacional se realizam de maneira distinta e com características em cada ordem, em função das relações de interdependência entre as ordens e das relações entre estas e a sociedade nacional;

- c- A compreensão da urbanização é somente possível se considerarmos que estamos tratando de sociedades dependentes. O que quer dizer que são sociedades cujas características e legalidade somente podem ser compreendidas perfeitamente se as considerarmos como resultantes de relações de interdependência com outras sociedades;
- d- Finalmente, a urbanização na América Latina como várias dimensões das sociedades formadas no continente deve ser pensada como um fenômeno estrutural-histórico, o que quer dizer a existência de determinações estruturais ou sistêmicas próprias das leis gerais do desenvolvimento do capitalismo, mas há expressões históricas concretas que precisam ser pensadas na mesma dimensão e escala que a dimensão sistêmica ou estrutural.

3.1. A ordem urbana como fronteira

A industrialização no Brasil conheceu duas fases. A primeira entre 1900/1930 marcada pela produção interna de bens de consumo não-duráveis e impulsionada pela substituição das importações no cíclicos momentos crise da balança de pagamentos do país. Cria-se o núcleo de um proletariado urbano constituído, essencialmente, pelos imigrantes internacionais, assim como surge no campo o trabalho semi-assalariado. Como já mostrado pelos clássicos trabalhos de Paul Singer (Singer, 1975), a partir de 1930 a imigração estrangeira diminui por várias razões²².

A segunda fase da industrialização ocorreu após 1930, quando paulatinamente vai se constituindo um processo local de produção de bens duráveis. Para tanto foi necessária a mobilização da força de trabalho dispersa no território e inserida em setores de subsistência e nos espaços da agricultura controlados pelas oligarquias regionais. Tal mobilização irá ocorrer de maneira acelerada e intensa, via a migração interna e a concentração de um vasto exército industrial nas duas grandes cidades existentes: Rio de Janeiro e São Paulo. Para Paul Singer, em 1970 os fluxos migratórios atingiram 30 milhões de pessoas, em uma

²² “De 1930 em diante, a imigração estrangeira, por razões tanto externas como internas, perdeu quase toda importância. O número de imigrantes chegados ao Brasil era de 622 397 entre 1900 e 1909, atingindo seu montante máximo entre 1910 e 1919: 815 463. Na década seguinte (1920-1929) o total se manteve próximo deste nível: 788 170. Porém, daí em diante o número de imigrantes cai drasticamente: 338 768 entre 1930 e 1939, e 114 405 entre 1940 e 1949.” (SINGER, 1975: 122)

população que era de 93 milhões. Portanto, a urbanização acelerada foi o mecanismo central da constituição do exército industrial de reserva do qual se originam os traços fundamentais do capitalismo industrial brasileiro²³.

Creio que esse processo configura a urbanização como mecanismo central de mercantilização da força de trabalho, na medida em que se as massas rurais já estavam despossuídas no campo era necessário concentrá-las no espaço onde o capital já estava se concentrando. Portanto, a acumulação primitiva, entendida como o processo pelo qual o trabalho se converte em mercadoria, esteve associada à constituição com uma série de transformações sociais e institucionais da sociedade brasileira²⁴.

Mas, é necessário também considerar como integrantes do processo de mobilização da força de trabalho a dinâmica de organização do território metropolitano. Sem dúvida, na medida em que o efeito mais direto dessa mobilização foi a constituição de um desemprego estrutural, foi necessário acomodar na constituição da ordem urbana das metrópoles brasileiras lógicas de mercantilização com lógicas não-mercantis no acesso ao espaço urbano, sem o que a urbanização não poderia ter-se constituído como mecanismo da acumulação primitiva.

Este seria o fundamento histórico para a compreensão do crescimento urbano que se organiza à semelhança da lógica da expansão das fronteiras das relações capitalistas. A intensidade e velocidade do processo de mobilização da força de trabalho, via migração das massas rurais, gerou um conflito potencial na sociedade brasileira, na medida em que o assentamento da população de 30 milhões de despossuídos na metrópole não foi acompanhado de políticas de provisão estatal de moradia complementadas por políticas de

²³ “É claro que a mobilização do exército industrial de reserva, constituído pelas massas rurais submergidas numa economia de subsistência, não se deu exclusivamente mediante a urbanização, porém esta foi sua forma predominante. (...). O desenvolvimento capitalista da economia brasileira foi profundamente marcado por esta ampla mobilização do exército industrial de reserva, que deu lugar a um abundante suprimento de força de trabalho pouco qualificada mas dócil e de aspirações modestas. Formou-se desta maneira um importante diferencial entre custo da mão-de-obra qualificada e não qualificada, limitado apenas pela legislação do trabalho, principalmente pelo salário mínimo. Isso explica o baixo grau de mecanização das atividades agrícolas e de construção civil e o relativo obsolescimento tecnológico dos ramos industriais mais antigos, como o têxtil e o de confecções de vestuário. A persistência de numerosas pequenas empresas artesanais e semi-artesanais e do grande volume de força de trabalho em serviços domésticos também se explica pelo baixo custo da mão-de-obra.” (SINGER, 1975: 122-123)

²⁴ “A mobilização deste exército se fez paulatinamente, entre 1930 e 1945, a partir da abolição da autonomia dos estados, que serviu tanto para unificar o mercado interno como para derrubar as oligarquias locais, cujo poder sobre a população rural foi assim consideravelmente enfraquecido. A construção de uma rede de rodovias, que passou a interligar as principais regiões do país, facilitou as comunicações e estimulou enormemente as migrações internas. Finalmente, é preciso acrescentar que, a partir desta época, a sistemática queda da mortalidade, que se iniciou nas cidades maiores, mas atingiu rapidamente o interior, acelerou sobremaneira o crescimento da população e, portanto, do exército industrial de reserva. O aumento da população rural em áreas já densamente povoadas (na Zona da Mata e no Agreste nordestinos e nas zonas de colonização do Sul, por exemplo) ocasionou pressão sobre a terra, agravando a dicotomia latifúndio-minifúndio e provocando fortes correntes migratórias para as zonas agrícolas pioneiras e para as cidades.” (SINGER, 1975:122).

regulação do uso e ocupação do solo urbano, como ocorreu nos países europeus. Era necessário que a dinâmica de organização do território na metrópole acomodasse a lógica da mercantilização do solo com a *lógica do assentamento*. É por essa razão que podemos explicar a aparente contradição do capitalismo industrial brasileiro ao concentrar a propriedade privada da terra no campo e difundi-la na cidade através de mecanismos que combinaram preços e reciprocidade/redistribuição materializados pelos laços sociais²⁵. Em suma, a mobilização da força de trabalho via urbanização implicou na constituição do território da metrópole apenas parcialmente mercantilizado, constituindo um capitalismo urbano que funciona como fronteira da expansão das relações capitalistas.

Com efeito, a dinâmica de ocupação do território metropolitano parece reproduzir na cidade o *papel de fronteira*, assim como, segundo as análises de J. Fiori²⁶, M. C. Tavares²⁷ e W. Cano²⁸, o campo na gestão da conflitualidade social do capitalismo industrial periférico que se constituiu no Brasil, cuja marca mais importante é a frágil capacidade do Estado em constituir a Nação. Fragilidade que se traduz na importância do seu papel de garantidor das condições da circulação do capital em detrimento do de homogeneizador da sociedade. Como consequência, o capitalismo industrial se constituiu no Brasil com reiterada utilização da ordem autoritária e do território como mecanismos de gestão da conflitualidade social. Vale a pena nessa reflexão considerar a seguinte descrição de Maria da Conceição Tavares sobre os fundamentos territoriais e demográficos da aliança conservadora que presidiu o desenvolvimento do capitalismo brasileiro:

O recurso periódico a uma ordem autoritária busca suas razões de Estado tanto na preservação do território nacional quanto no apoio à expansão capitalista, em novas fronteiras de acumulação, onde lhe cabia impedir a luta de classes aberta, dos senhores da terra e do capital entre si, e garantir a submissão das populações locais ou emigradas, que se espalharam pelo vasto território brasileiro.... Por sua vez, o processo de deslocamentos espaciais maciços das migrações rural-urbanas das nossas populações e as mudanças radicais das condições de vida e de exploração da mão-de-obra não permitiram, até hoje, a formação de classes sociais mais homogêneas, capazes de um enfrentamento sistemático que pudesse levar a uma ordem burguesa sistemática.

O mecanismo de expansão das fronteiras das relações capitalistas teve importante papel de amortecedor de conflitos sociais no capitalismo industrial brasileiro. E não foram apenas as fronteiras abertas no Paraná (1940-1950), no Maranhão (1950-1960), no Centro-

²⁵ A literatura sobre a migração mostrou em diversas pesquisas o papel desses laços no processo migratório. Singer (1975:55) assinala sua importância ao afirmar que: "A adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá frequentemente mediante mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos."

²⁶ FIORI, José Luís. **O Vôo da Coruja**: Uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1995.

²⁷ TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

²⁸ CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

Oeste (1960-1980) e no Norte do país (1970-1990). Também implicou na utilização do território urbano como amortizador do conflito social de um capitalismo que promoveu massivamente a transferência para a cidade da população rural, conformando um gigantesco exército industrial de reserva, o que somente foi possível em função da utilização da cidade como fronteira aberta à ocupação pelo trabalhador.

A industrialização via acumulação primitiva gerou metrópoles como extensos *assentamentos populacionais*, onde imperou durante muito tempo a precariedade de serviços e de infraestrutura, a ilegalidade e a irregularidade da propriedade da terra. Já como suporte da “sagrada aliança”, a cidade permitiu a constituição de um vigoroso e protegido circuito de acumulação urbana, assegurado pelo Estado, no qual empresas de construção de obras públicas, construção residencial, concessão de serviços, etc. abrigaram interesses locais mercantis deslocados no tripé com a presença das grandes firmas industriais internacionais.

3.2. A ordem urbana como pacto conservador

O lugar dos países na economia-mundo capitalista e a sua divisão internacional do trabalho depende fortemente da capacidade dos Estados em assumir posição relevante na hierarquia de poder global constituído pelo sistema interestatal. Para tanto, têm grande relevância as alianças internacionais e as alianças internas a cada país, capaz de dotar cada Estado de força política nas rivalidades entre os estados nacionais.

A industrialização acelerada ocorrida no Brasil a partir dos anos 1940/1950, que ficou conhecida como “substituição de importações”, teve como fundamento uma ativa política industrial encabeçada pelo Estado e voltada à criação de uma infraestrutura econômica e à atração de algumas grandes empresas internacionais produtoras de bens duráveis, em especial as relacionadas com a indústria automobilística. Constitui-se assim o que alguns autores denominaram de “modelo de desenvolvimento capitalista-associado”.

Tal política foi possível em razão das brechas de poder surgidas pelas transformações do sistema interestatal global existente no período anterior à Segunda Guerra Mundial com a completa substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos como centro político da economia-mundo, a emergência da Guerra Fria e a inclusão de países da Ásia nas posições de semiperiferia. Mas, no plano interno, esse desenvolvimento industrial acelerado foi viabilizado pela constituição de um bloco de poder fundado na aliança entre Estado, capital nacional e empresas internacionais, fato político conceituado como “sagrada aliança” por C. Lessa e S. Dain²⁹.

²⁹LESSA, C. &DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e Desenvolvimento. In: **Desenvolvimento capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise**. Campinas, SP: Unicamp-IE, 1984. v. 1, p. 214-228.

... uma comunidade e uma convergência de interesses entre capitais dominantes em órbitas de capital não-industrial e um sistema de filiais no circuito industrial. As relações são sistemáticas de solidariedade na expansão conjunta dos capitais existentes naquele espaço nacional de acumulação e que respeita uma “especialização”, uma espécie de divisão do espaço, segundo órbitas, por capitais de diferentes procedências. Esse pacto se constitui com a presença do Estado. (254)

Para Lessa e Dain, o Estado seria o fiel da aliança garantindo duas cláusulas:

A primeira dispõe, como reservas para os capitais nacionais das órbitas de seu interesse crucial, como frentes de valorização. Tais órbitas são não-industriais e, entre elas, as firmas estrangeiras não poderão diversificar as inversões. A segunda estabelece uma regulação quanto à partição horizontal da massa de lucros do capitalismo associado. A rentabilidade das órbitas sob o controle do capital nacional não será inferior à da órbita industrial. A existência do pacto exige algo do Estado: que seja o seu gestor. (p. 256-257)

Este papel de gestor da “sagrada aliança” exercido pelo Estado implicou, portanto, não apenas na manutenção da divisão de órbita de acumulação, como também no permanente nivelamento das taxas de rentabilidade entre as órbitas. As rentabilidades não devem ultrapassar

as oportunidades de valorização de suas órbitas. Buscam sempre a forma de ativos – de natureza diversa – como reserva de valor, e exigem permissividade e estímulo da política econômica em direção a este tipo de movimento. Há uma obliquidade patrimonialista e uma hipertrofia de operações especulativas ligadas à constituição, transformação e circulação desses ativos. Qualquer pessoa que tenha manuseado séries históricas de preços das terras urbanas e rurais na América Latina conhece o fenômeno de uma evolução que supera a taxa de inflação e não mantém relação com eventuais aluguéis ou rendas. Observados os capitalismos associados mais avançados, é possível registrar o alto nível de criatividade das formas especulativas. Cremos que isso é constitutivo e estrutural do capitalismo associado. (p. 261).

O urbano na “sagrada aliança” vai se constituir, portanto, em uma dinâmica de uma economia política fundada na combinação de três lógicas: o patrimonialismo, o clientelismo e o corporativismo.

- a) O patrimonialismo tem raízes profundas na nossa formação histórica e foi objeto de interpretações das nossas particularidades na qualidade de sociedade capitalista moderna³⁰. Seria interessante o aprofundamento conceitual e teórico do

³⁰ Ver os seminiais trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda – **Raízes do Brasil** e de Raymond Faoro – **Os Donos do Poder**. O patrimonialismo como conceito-chave de interpretação na nossa formação cultural e política vem sendo objeto de revisão crítica. Veja, por exemplo, os trabalhos de Jessé de Souza – **A Modernização Seletiva**, entre outros.

patrimonialismo para melhor fundamentar a sua utilização em nossa argumentação sobre o poder urbano brasileiro fundado historicamente em sua lógica. Não sendo possível realizá-lo nos evidentes limites destas notas, refiro-me aqui ao seu fundamento principal estar calcado no fato de a formação das cidades brasileiras não expressar o fenômeno político de autonomia e autogoverno como ocorreu na Europa durante a Idade Média, como bem descreveu Max Weber. Com o apoio dos textos de Richard Morse³¹ e F.H. Cardoso³², podemos considerar que o fenômeno de urbanização no Brasil (e na América Latina) gerou *idades sem polis* desde a fase colonial, característica que se manteve não obstante a emergência do capitalismo e da modernização cultural. Esta dupla relação implicou no acesso das elites econômicas e locais aos recursos públicos controlados pelo Estado Nacional como fonte de reprodução da riqueza e do poder dessas elites, o que pode ser percebido na história das relações intergovernamentais e do federalismo brasileiros. Esta relação é atualizada nos vários momentos que marcam as etapas da formação do nosso capitalismo, nos quais a centralização do poder e a integração econômica nacional reconstróem as bases da acumulação mercantil e dos poderes das elites locais, submetendo-as, entretanto, aos imperativos de criar as condições para a plena circulação do capital. Este fato é relatado de maneira sistemática nos trabalhos de Wilson Cano³³ e Carlos Brandão³⁴. As cidades, portanto, nascem e se desenvolvem no Brasil com elites locais dependentes do Estado Nacional para se reproduzirem como poder e, ao mesmo tempo, realizam o papel do mecanismo econômico e sociopolítico de reprodução do poder das elites que, desde muito cedo na história brasileira, controlam o poder centralizado do Estado. A partir dos anos 1950, quando entramos no período do nacional-desenvolvimentismo, estabelece-se a “sagrada aliança” que mencionamos anteriormente, tendo importante papel a intensificação da intervenção do Estado para constituição da infraestrutura econômica. Especialmente nas grandes cidades conforma-se um poderoso circuito de acumulação urbana sustentado pelo fundo público. Dele participam as empreiteiras de obras públicas, praticamente alavancadas pelas encomendas do Estado, as empresas de construção habitacional, os loteadores e empresários imobiliários e a

³¹MORSE, Richard M. A Evolução das Cidades Latino-Americanas. In: **Cadernos Cebrap 22**. CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, 1975. p. 5-35. Disponível em: <[Http://www.cebrap.org.br/v1/template.php?lang=pt&area=7&pagina=31&item_biblio=217](http://www.cebrap.org.br/v1/template.php?lang=pt&area=7&pagina=31&item_biblio=217)>. Acesso em: 7/06/2011.

³²CARDOSO, F. H. A Cidade e a Política, Autoritarismo e Democratização; Cardoso, F. H. A Cidade e a Política: do compromisso ao inconformismo. In: CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 135-164.

³³CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. São Paulo: UNESP, 2007.

³⁴BRANDÃO, C. **Território & Desenvolvimento**. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

miríade de empresas de exploração dos serviços urbanos, notadamente, no setor de transportes.

- b) A presença do clientelismo nas cidades é reconhecida por vários autores da história política brasileira. Como esclarece José Murilo de Carvalho³⁵, o clientelismo urbano é o mandonismo da nossa tradição rural, descrito por Maria Isaura de Queiroz, mas constituído na cidade por relações bilaterais entre os atores políticos e o seu conteúdo, ele varia no tempo. O clientelismo como padrão de relação política entre a população e o Estado teve importante papel na constituição do urbano brasileiro e se constitui como um dos braços políticos da conformação da sagrada aliança. A sua existência serviu de instrumento para a população migrante ter acesso à terra, via invasões ou loteamentos ilegais e clandestinos, e aos serviços básicos necessários à vida urbana. Este mecanismo foi descrito em vários clássicos trabalhos de Ermínia Maricato, Nabil Bonduki e Raquel Rolnik sobre o padrão de provisão de moradia popular através de loteamento/autoconstrução. O clientelismo também está presente na explicação do surgimento das favelas no Rio de Janeiro em trabalhos clássicos como os de Luiz Antônio Machado da Silva³⁶ e Anthony e Elizabeth Leeds³⁷. Entretanto, nos tempos mais recentes, o clientelismo urbano tem assumido a forma de relações filantrópicas através de centros de assistência social, criados por

³⁵ “O clientelismo assemelha-se, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo. Ele é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral. Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo. De algum modo, como o mandonismo, o clientelismo perpassa toda a história política do país. Sua trajetória, no entanto, é diferente da primeira. Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo. Os autores que veem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística.” CARVALHO, J. M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceituada, **Dados**, vol.40, no. 2, Rio de Janeiro, 1997. Ver também CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³⁶ Entre outros textos, ver MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. A Continuidade do ‘Problema da Favela’. In: OLIVEIRA, L. L. (Org.). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2002. MACHADO DA SILVA, Luiz A. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: **Sociedade e Estado: dossiê violência**. Brasília: **Revista do Departamento de sociologia da UnB**. V. 19. N. 1, p. 53-84, jan/jun, 2004. MACHADO DA SILVA, Luiz A. **Vida sob cerco: Violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

³⁷ LEEDS A. & LEEDS, E. **A Sociologia do Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1978.

vereadores e deputados³⁸. Portanto, o clientelismo ainda tem vigência na sagrada aliança que controla a política urbana.

- c) Corporativismo. Da vertente urbana da “sagrada aliança” também participaram as novas “classes médias” conformadas pela industrialização do país. Em outros trabalhos³⁹ já refletimos sobre a importância destas classes médias nas cidades brasileiras, seguindo as pistas abertas pelo seminal texto de Francisco de Oliveira⁴⁰. Em razão das características da própria estrutura social brasileira, combinadas com as decorrentes da sua concentração territorial, as classes médias adquiriram nas cidades brasileiras o poder de representação das necessidades urbanas. Durante os anos da industrialização, o mercado e o Estado promoveram um modelo de urbanização privada que organizou a cidade para atender às necessidades das classes médias: prioridade para o transporte individual, concentração dos investimentos em equipamentos e serviços urbanos nos territórios onde elas se concentraram etc. Por outro lado, as classes médias sempre tiveram papel de centro de gravidade da política urbana.

3.4. A ordem urbana como integração econômica marginal

O ponto de partida é a compreensão da ordem urbana resultado de três esferas da sociedade⁴¹: o mercado, o Estado e a família/comunidade, cuja combinação faz surgir em cada sociedade *regimes de bem-estar social* como formulado por Esping-Andersen⁴², que

³⁸ “É fundamental destacar que os Centros Sociais muitas vezes têm estreitas relações com o poder constituído, recebendo o título de “utilidade pública” por indicação das casas legislativas e sanção do prefeito ou do governador. Isso lhes garante isenção de impostos e eventualmente contratos em convênios com os governos estadual e municipal, prestando serviços como creches, atendimento médico e centros de capacitação profissional. Há denúncias de que vários Centros funcionam como entidades que propiciam a arrecadação de dinheiro público através de superfaturamento em compras de equipamentos, remédios e outros serviços (CAMPOS, 2004). Embora sofram algumas sanções no período eleitoral em função da legislação, é notório que operam abertamente nas demais épocas do ano.” (KUSCHNIR, 2008, p. 7).

³⁹ Ribeiro, L. C. Q. - Segregação do Poder, Poder de Segregação: as “classes médias” e a acumulação urbana na metrópole do Rio de Janeiro. RIBEIRO, L. C. Q. A cidade, as classes e a política: uma nova questão urbana brasileira. In: OLIVEIRA, L.L. (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: CNPq/FGV Editora, 2002.

⁴⁰ OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil, **Espaço e Debates**, no. 6, 1982.

⁴¹ Em outro trabalho já expus este traço da ordem urbana brasileira. Ver: RIBEIRO, L. C. Q. A Dimensão Metropolitana da Questão Social: ensaio exploratório, Anpocs, 2007.

⁴² ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do *Welfare State* na nona ordem mundial. **Lua Nova. Revista de Cultura e Política**, n. 35. 1995. Fundamentos sociales de las economías postindustriales, Editorial Ariel, Barcelona, 2000.

cumprem papel de gestão dos riscos de crise da reprodução das relações sociais. Segundo esse autor, podemos identificar na história do capitalismo três regimes de bem-estar social, segundo a dimensão da matriz sociocultural que prevalece em cada sociedade: a) a gestão da força de trabalho como mercadoria; b) a produção da integração social; e c) a igualdade como utopia desmercantilizadora. O primeiro, considerado como residual, tem como fundamento a autossuficiência individual – *workfare* –, fazendo com que o seu dilema atual seja o de como converter as massas trabalhadoras expulsas do mercado de trabalho industrial em um novo proletariado de serviços. No regime chamado de corporativo, surgido nos países da Europa, a crise do estado de bem-estar social se coloca como a impossibilidade de satisfazer as necessidades inerentes às promessas de integração social. A questão social subjacente à crise deste regime de bem-estar constrói-se em torno do dilema de como devolver ao Estado sua capacidade de agente integrador da sociedade. Por último, o regime universalista - ou escandinavo – foi centrado na busca da igualdade como finalidade do estado de bem-estar social e, como consequência, a questão social é formulada em torno do debate a respeito dos graus possíveis de manutenção dessa igualdade.

Em resumo, em todas as sociedades capitalistas tornou-se necessária a existência de um sistema de gestão dos riscos da reprodução e da *des-coesão* social, convivendo com o mercado, seja ele fundado em sistema público de redistribuição ou nas relações de reciprocidade inerentes à organização familiar-comunitária.

A partir destes pressupostos e tomando como referência as particularidades históricas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, assumimos que o urbano entre nós expressa o regime de bem-estar social dual forjado ao longo da fase do desenvolvimento das relações capitalistas, conhecida na literatura como substituição de importação, regime esse fundado na combinação das livres forças de mercado e na mobilização das estruturas familiar-comunitárias. Com efeito, na condição de capitalismo periférico ocorreu um processo inacabado de mercantilização da força de trabalho, ao mesmo tempo em que as forças desencadeadas pelo capital *des-ruralizaram* o país, criando uma vasta massa urbana marginal constituída por segmentos de trabalhadores assalariados de maneira precária, contas-próprias, trabalhadores sem remuneração e desempregados, ou mesmo alijados das relações mercantis. Esta particularidade do nosso capitalismo fez com que a reprodução social nunca se colocasse como custo da acumulação do capital. Consequentemente, a reprodução social esteve historicamente fundada na combinação entre mercado-família/comunidade. Como consequência, foi transferida às famílias e às comunidades a função de gestão dos riscos da reprodução social.

Em resumo, a via do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, apesar da modernização cultural, da industrialização e da urbanização, se realizou pela constituição de um regime de bem-estar social que, na tipologia proposta por Esping-Andersen, pode ser identificado como próximo à variante “familístico-mercantil”, embora para alguns segmentos profissionalizados e sindicalizados tenha sido instituído um corporativo *welfare*

state. É importante assinalar que a eficácia deste modelo fundou-se, antes de tudo, na manutenção de um regime político caracterizado fortemente por governos autoritários e ditatoriais que permitiram a instauração de um processo controlado de incorporação das massas urbanas ao sistema político e aos benefícios do crescimento econômico acelerado. Santos⁴³, ao cunhar a expressão de “cidadania regulada”⁴⁴, ofereceu uma chave teórica para a compreensão deste processo. Por “cidadania regulada” entende-se uma forma parcial e incompleta de cidadania que privilegia alguns segmentos ocupacionais em detrimento do conjunto das classes subalternas, na medida em que exclui do padrão de proteção social as demais categorias de trabalhadores urbanos (não regulamentadas pelo Estado Novo), os trabalhadores informais, os autônomos, os trabalhadores rurais, os trabalhadores domésticos e os desempregados e indigentes. Ao mesmo tempo, no plano dos valores organizadores do sentido coletivamente compartilhado das interações sociais, o nosso regime “familístico-mercantil” de bem-estar social fundou-se também na matriz sociocultural que legitimou a ordem social, ao mesmo tempo competitiva e estamental, como bem demonstrou Florestan Fernandes.

A fisionomia, a vida social, a organização social do território, enfim todos os aspectos da realidade urbana das nossas grandes cidades vão expressar as várias facetas deste regime de gestão de risco. Como já mencionado por Francisco de Oliveira em vários dos seus trabalhos, ao caráter inacabado da mercadoria força de trabalho corresponde o caráter inacabado do *habitat* urbano brasileiro.

Analisar a organização social do espaço urbano implica, simultaneamente, identificar duas dimensões. A primeira refere-se à distribuição das classes e grupos sociais no território da cidade. A segunda implica no exame dos padrões de interação sociais e estilos de vida associados a esta distribuição. A primeira dimensão depende fortemente do grau de diferenciação da estrutura social das metrópoles e da diferenciação social do território gerada pela história da formação de cada metrópole. Já os padrões de interação social – aqui denominados sociabilidade – resultam do modelo cultural que constrói o sentido dessas interações.

3.5. A ordem urbana na dominação de classe

O padrão de organização social do território das metrópoles brasileiras expressa, fundamentalmente a combinação da lógica da fronteira e do elevado poder social da nova classe média profissional também conhecida como a “alta classe média”, ligada ao processo de industrialização do país. Algo que ocorreu especialmente após os anos 1950, com a

⁴³SANTOS, W. G. **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro: Rocco. 1994.

⁴⁴ Ver SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

modernização do Estado e a instalação no Brasil de grandes empresas internacionais. Cabe ressaltar que na sociedade brasileira não se conforma apenas um grupo social semelhante àquele identificado por Charles Wright Mills como os white collar. Mas sim uma classe social, que apesar de pouco numérica, gerou uma força gravitacional na política urbana com base em sua coesão social e na fragmentação do mundo popular urbano como consequência da existência do já citado vasto exército industrial de reserva na metrópole. Ou seja, a concentração territorial desse grupo coeso, realizada abruptamente em razão da força da acumulação urbana que foi desbravando novas frentes de expansão urbana e criando novas centralidades, intensificou e acelerou na dinâmica socioterritorial da metrópole a transformação da segregação do poder em poder de segregação.

Entretanto, o padrão de organização do território das metrópoles resultou do exercício deste poder de segregação e dos conflitos sociais em torno da apropriação do território metropolitano como base do acesso seletivo às fontes de bem-estar, oportunidades e riqueza patrimonial. E vários outros trabalhos constatamos a ação de três dinâmicas: a auto-segregação das classes superiores na forma da sua forte concentração nos espaços mais valorizados, a periferização das classes populares, além da infiltração em áreas do núcleo metropolitano e de sua periferia imediata por parte dessas mesmas camadas populares, processo conhecido no senso comum como “favelização”.

Tal interpretação funda-se em nossa compreensão do caráter desigual e combinado da formação da ordem urbana das metrópoles brasileiras, conforme enunciado anteriormente. Contudo algumas precisões são necessárias. Não utilizamos conceito de infiltração no sentido ecológico-funcionalista por Mckenzie (1970), mas como resultado das lutas sociais em torno do solo urbano como fundamento do acesso aos recursos que incidem sobre o bem-estar, patrimônio imobiliário, renda monetária e oportunidades de acesso a recursos distribuídos desigualmente na organização social do território metropolitano. Ao longo da história social e urbana da cidade do Rio de Janeiro, a dinâmica da infiltração expressou-se na forma favela como resultado de ações coletivas onde frações das classes populares conseguem acessar espaços intersticiais em meio a áreas que eles não teriam acesso se o puro preço da terra funcionasse como mecanismo de seleção. Mesmo em um espaço fortemente hierarquizado e pela especulação imobiliária, as relações e as práticas de apropriação e produção capitalista do espaço conviveram com as práticas da infiltração das camadas populares na forma de ocupações de terras públicas e privadas ou de mercados embebidos em instituições sociais compartilhadas pela população.

O caráter desigual e combinado da ordem urbana da metrópole do Rio de Janeiro resulta da coexistência de diferentes dinâmicas de uso e produção do espaço residencial. Uma primeira dinâmica decorre da lógica do mercado capitalista comandada pela incorporação imobiliária sempre associada (direta ou indiretamente) a outros circuitos da acumulação urbana; uma segunda dinâmica resulta da articulação de um mix que pode envolver a produção por encomenda, a autoprodução, além do próprio mercado formal; e

uma terceira resulta do uso de partes da cidade dentro da lógica fronteira (como mecanismo de gestão do exército industrial de reserva) mencionada anteriormente, cuja característica central é a presença de práticas de acesso ao solo urbano de invasão ou de mercado embebidas em relações de solidariedade e reciprocidade. Do ponto de vista morfológico, essa maneira de interpretar a dinâmica socioterritorial nas metrópoles levou a identificar um padrão de segregação residencial complexo do que o esperado, pois alicerçado em dupla gramática escalar: na microescala, com a proximidade territorial e a distância social entre as classes sociais, evidenciadas pela presença das favelas nas áreas de concentração do poder econômico e político e, na macroescala, com a concentração das camadas populares nas sucessivas periferias formadas a partir do núcleo metropolitano.

A tabela abaixo evidencia este fato. Indica que a organização social do território da metrópole é o do auto segregação da alta classe média, sendo que os outros seguimentos das da estrutura social urbana brasileira tendem a se espalharem a se distribuição no espaço. Tal padrão resulta da de uma dinâmica urbana que combina de maneira desigual e combinada formas distintas de produção da moradia e do espaço.

Indicadores de segregação das metrópoles brasileiras - 2010					
Metrópole	Índice de Moran			Índice de Dissimilaridade	
	Alta Classe média	Ocupações Inferiores	Pretos	Alta Classe Média	Classes populares
Belém	0,5353	0,2391	0,2897	0,421	0,132
Belo Horizonte	0,6675	0,1772	0,2801	0,453	0,167
Campinas	0,4053	0,2712	0,3620	0,376	0,144
Curitiba	0,5814	0,3527	0,4081	0,428	0,174
Florianópolis	0,5527	0,2394	0,0575	0,385	0,161
Fortaleza	0,7204	0,4822	0,3216	0,433	0,111
Goiânia	0,6200	0,3944	0,4112	0,351	0,170
Vitória	0,4303	0,1322	0,1692	0,486	0,193
Manaus	0,3631	0,3802	0,3571	0,381	0,123
Porto Alegre	0,5369	0,2559	0,4078	0,440	0,189
Recife	0,5151	0,3430	0,2505	0,469	0,162
Brasília	0,2680	0,3334	0,2885	0,509	0,212
Rio de Janeiro	0,5313	0,4234	0,4448	0,450	0,173
Salvador	0,3190	0,2612	0,2934	0,488	0,163
São Paulo	0,7077	0,4718	0,4978	0,436	0,184

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE.

Dois comentários adicionais. Em primeiro lugar, quando comparamos os resultados dos índices entre os dois grupos sociais analisados, percebe-se claramente que a alta classe média registra índices bem mais elevados em comparação às classes populares. Isso reforça que o padrão de segregação nas metrópoles brasileiras é marcado pela auto-segregação da alta classe média. Em boa parte das metrópoles verifica-se uma alta concentração desse grupo no território. Lembrando que o índice de moran permite a verificação da existência de

correlação espacial entre variáveis de unidades geográficas. Assim, a segregação desse grupo é evidenciada a partir do momento em que se verifica a existência de associação linear entre a quantidade de pessoas desse na unidade territorial de análise (área de ponderação) e o correspondente intervalo espacial para essa mesma variável nas áreas contiguamente vizinhas.

Tal configuração é confirmada pelo índice de dissimilaridade, que mostra a desigualdade da distribuição dos dois grupos nas principais metrópoles brasileiras. Tradicionalmente, considera-se baixa segregação quando este índice varia de 0 a 0,3, moderada entre 0,3 e 0,5 e alta segregação acima de 0,5. Observamos, então que os valores de desigualdade da distribuição destes segmentos da estrutura social indicam elevados graus de segregação. Vale destacar que nenhuma das metrópoles apresentadas valores menores do que 0,3, ou seja, não há metrópole onde a segregação pode ser considerada baixa sob esta perspectiva. Em Brasília, por sua vez, o índice de dissimilaridade atinge, 0,509, sugerindo elevado grau de auto-segregação da alta classe média nessa metrópole. A maioria delas apresenta índice de dissimilaridade intermediário, incluindo São Paulo (0,436) e Rio de Janeiro (0,45).

Tal padrão funda uma dupla gramática de segregação, fundada na distância social e proximidade territorial (favela-bairro) e na distância social e distância territorial entre as classes sociais, o que expressa a nossa matriz cultural de sociabilidade. Com efeito, a urbanização engendrada pela dinâmica conservadora, aliada às características da nossa “modernização cultural seletiva”, usando a expressão cunhada por Jessé de Souza⁴⁵ para dar conta das nossas singularidades cujos traços principais são a ética da dualidade e a segmentação social. Na concepção de Jessé de Souza, tais traços não seriam consequências da sobrevivência de um *iberismo* na sociedade brasileira, como formulado por autores clássicos como Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda, mas consequências das formas de dominação social do descasamento entre a nossa inserção na modernização cultural – para Jessé de Souza, desencadeado no início do século XIX com a chegada da família real e suas instituições – e o desenvolvimento das relações sociais. A sociabilidade híbrida teve como expressão urbana um padrão de organização social do território que combinou a sociabilidade inerente a uma sociedade de mercado, que surge e se expande, com a industrialização (posições sociais, impessoalidade, distância social, individualismo) e com a manutenção de padrões de interação social fundados na tradição (pessoalidade,

⁴⁵SOUZA, J. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. Embora Jessé de Souza proponha uma reinterpretação do Brasil a partir de uma severa crítica às concepções que utilizam a ideia da hibrididade cultural brasileira pela presença de traços ibéricos em nossa formação, creio que contribui para esta pensar de maneira dialética a dualidades igualdade x hierarquia, privado x público, indivíduo x coletividade presentes nas ideias, nos valores e nas instituições que orientam as interações sociais entre indivíduos, entre grupos e entre estes e as instituições. Esta compreensão da obra de Jessé de Souza mereceria um desenvolvimento mais detalhado, o que não é possível neste momento em razão dos objetivos preliminares que fundam o presente documento.

hierarquia, proximidade). Esta duplicidade da sociabilidade urbana brasileira já foi objeto de várias análises de sociólogos e antropólogos e é bem conhecida, dispensando neste momento considerações mais detalhadas. Aqui caberia frisar dois elementos: de um lado, a sua importância para a compreensão das condições de reprodução das bases da legitimidade da aliança conservadora que constituiu o nosso urbano e, de outro lado, da sua estreita relação com a organização social do território das cidades. Com efeito, a sociabilidade urbana híbrida também realizou importante papel de amortecimento dos conflitos sociais na medida em que as extremas desigualdades sociais da sociedade brasileira, sempre ocultadas, justificadas e amenizadas por mecanismos relacionados ao favor, mecanismos esses realizados em interações hierárquicas pessoalizadas.

IV. A Ordem Urbana Periférica no Atual Ciclo de Neoliberalização: notas para futuras pesquisas

Penso que o elemento que pode nos interessar mais neste momento de reflexão é a hipótese de reconstrução (ou não) da coalizão conservadora que vem comandando a expansão do capitalismo associado e os impactos na ordem urbana. Para os analistas que se enquadram na ótica do neoliberalismo periférico como tendência do período contemporâneo, há a reconstrução do *tripé capital internacional/Estado/capital nacional, agora sob a hegemonia do capital financeiro (internacional e nacional) e de sua lógica, com o reforço e internacionalização de grandes grupos econômicos nacionais*, como mencionam os autores dos textos citados. Há nesta concepção do longo período 1990/2010 a hipótese da consolidação do modelo liberal⁴⁶ como sucessão ao modelo de substituição de importação com a alteração, porém, da coalizão de forças dirigida pelo capital financeiro-exportador (bancos e agronegócios) em associação com segmentos nacionais do grande capital, articulados dentro do Estado. Este seria o fato mais relevante para compreender o paradoxo de período em que o Estado intervém fortemente na economia, mas em um padrão identificado por alguns intérpretes como uma política híbrida por combinar as concepções liberal e keynesiana a serviço do histórico bloco de poder aliança conservadora, cuja hegemonia é exercida pelo capital financeiro desde o período neoliberal, mas agora em aliança com os grandes empresários, destacadamente os relacionados com o agronegócio, a produção de *commodities* e a construção civil. A legitimidade política deste bloco no poder está fundada na capacidade de o grupo dirigente construir o consentimento das camadas populares obtido pelo deslocamento político do Partido dos Trabalhadores em direção ao eleitorado da “nova classe média” e pelo fenômeno do *Lulismo* como uma espécie de Bonapartismo (Singer, 2012). Ou seja, as condições internacionais altamente favoráveis têm permitido que esta tradicional aliança seja reconstituída, atendendo aos interesses de

⁴⁶ Denominado Modelo Liberal-Periférico pelos autores mencionados.

governabilidade e de reprodução no poder de um novo grupo político (os “*lulistas, os sindicalistas, as lideranças dos movimentos sociais*”), ao mesmo tempo em que o Estado, através de sua intervenção, promove ativamente as condições internas para a superação da crise de sobreacumulação até então vigente com o fim da “era desenvolvimentista”. *Políticas keynesianas liberais* como PAC, Minha Casa Minha Vida, Infraestrutura reconstruem as condições da circulação do capital e, ao mesmo tempo, colocam nas mãos dos empresários a decisão da utilização dos recursos do fundo público, como as políticas de ativação da demanda efetiva via criação e expansão do crédito ao consumidor, transferência de renda, aumento real do salário-mínimo, etc.

Se assumirmos esta hipótese para compreender as mudanças em curso nas metrópoles brasileiras no período de 1980/2010, seria imperioso a reflexão sobre as eventuais mudanças no urbano nesta nova etapa. Se há uma conexão entre a dinâmica de organização do território e a dinâmica econômica, parece-nos coerente admitir que o modelo liberal em consolidação no Brasil tem alguma tradução no processo de metropolização. Com o intuito de propor a reflexão sobre esta questão de análise, tento a seguir enunciar a compreensão do urbano no modelo de substituição de importação. Apresentarei, para tanto, a sistematização da relação entre o capitalismo urbano constituído no Brasil após a Segunda Guerra Mundial e a formação do nosso capitalismo industrial.

Partimos da suposta hipótese de que o período 1980/2010 conforma um longo processo de transformação da ordem urbana brasileira que apresenta as seguintes características:

a) expansão da órbita do mercado na organização da cidade, portanto com o *fechamento da fronteira urbana*;

b) passa a ter centralidade a apropriação do território urbano pelas forças liberais-internacionalizantes, especialmente das cidades brasileiras ao se constituírem em ativos atraentes para os capitais que buscam no deslocamento espaço-temporal alternativas à crise de acumulação global;

c) os ativos são atraentes por serem relativamente baratos em relação a outras frentes de acumulação e porque agora contam com as garantias de uma política macroeconômica orientada para assegurar as condições da inserção do país no livre movimento global dos capitais;

d) entretanto, torna-se necessário, ainda, que as políticas urbanas locais sejam redesenhadas para assegurar o investimento territorial destes capitais (direto ou associado), o que significa a demanda de uma nova ordem urbana cujo traço distintivo é a garantia do mercado como instituição central na organização do uso e ocupação do solo;

e) torna-se necessário que a cidade seja objeto de um novo padrão de gestão, cuja marca principal o *desembebimento*⁴⁷ das relações mercantis de uso e ocupação do solo (mas também na provisão de moradia, serviços urbanos) das *convenções sociais* que limitam o pleno funcionamento do mercado autorregulado;

f) a plena, regular e formal propriedade privada deve agora ser o mecanismo de acesso ao uso e ocupação do solo;

g) também se torna necessária a reconstrução da “sagrada aliança”, dando lugar aos novos interesses, que diferenciam em razão da sua lógica financeira (em contraposição à patrimonial) e pela sua escala (multi-escalar em contraposição ao localismo);

h) a mercantilização da cidade, aliada à expansão do mercado de consumo, fragiliza o regime “familístico-mercantil” de reprodução das relações sociais e desencadeia a crise do padrão híbrido de sociabilidade urbana no controle social, cuja face visível é o quadro de “violência urbana”;

i) em consequência emerge uma conjuntura de potenciais conflitos urbanos com possibilidade de superação do histórico quadro de fragmentação, mas cuja tradução em movimentos sociais postuladores de um outro projeto de cidade depende dos processos políticos e ideológicos de construção social desses conflitos.

A seguir, desenvolvemos algumas ideias que podem nos ajudar na formulação das bases teóricas destas hipóteses.

4.1. Transformações na ordem urbana liberal-periférica

Nos termos das ideias de Harvey, podemos dizer que ao longo do período 1980/2010 está em curso a disputa por um novo marco regulatório das cidades brasileiras, em especial nas metrópoles, na direção da sua plena mercantilização, como base da constituição de uma nova *coerência estruturada*⁴⁸ ou da *máquina do crescimento*⁴⁹ ou de um *regime urbano*⁵⁰,

⁴⁷ Neologismo do termo *embeddedness*: o grau em que a atividade econômica se descola da regulação das instituições sociais.

⁴⁸ “(...) coerência estruturada em relação à produção e ao consumo em um determinado espaço. Essa coerência estruturada, (...), abrange as formas e as tecnologias de produção (padrões de utilização de recursos pelas conexões interindustriais, formas de organização, tamanho de empresas), as tecnologias, as quantidades e qualidades de consumo (padrão e estilo de vida tanto dos trabalhadores como da burguesia), os padrões de demanda e oferta de mão-de-obra (hierarquias das habilidades de mão-de-obra e processos sociais de reprodução para assegurar a oferta dos mesmos) e as infraestruturas físicas e sociais”. (HARVEY, 2006:146).

⁴⁹ MOLOTCH, Harvey. The city as a growth machine: Towards a political economy of place. **American Journal of Sociology** 82, 1976.

⁵⁰ PRATCHETT, Lawrence & WILSON, David. Local Government under Siege. In: PRATCHETT, Lawrence & WILSON, David (Orgs.). Local Democracy and Local Government. London: Macmillan Press, 1996; STOKER, Gerry. Regime Theory and Urban Politics. In: JUDGE, David; STOKER, Gerry and WOLMAN, Harold (Orgs.). Theories of

distintos conceitos com os quais podemos perceber mudanças nas políticas urbanas que as transformam em bases espaciais e institucionais das novas condições da plena circulação do capital.

Para a compreensão dos fundamentos desta hipótese, quatro ideias merecem algumas breves considerações retiradas dos trabalhos de Polanyi⁵¹, D. Harvey⁵², N. Brenner, J. Peck e A. Tickell⁵³, J. Peck e N. Theodore⁵⁴.

Jamie PECK; Adam TICKEL. Neoliberalizing Space. In: Antipode. Nº24, pp. 380-404, 2000.

4.2.1. A neoliberalização como destruição criativa: os dois momentos

J. Peck e A. Tickell apontam que nos países que começaram a implantar de forma pioneira o neoliberalismo no Atlântico Norte – particularmente Estados Unidos e Inglaterra – é possível identificar uma virada entre um padrão de desregulação e desmantelamento (caracterizado como um *rollback neoliberalism*) para uma fase emergente de regulação e institucionalização (um momento de *rollout neoliberalism*). Ao longo dessa mudança, a agenda foi gradualmente passando de uma preocupação em desmantelar e desacreditar o legado keynesiano e coletivista das instituições, para um movimento de construção e consolidação das reformas neoliberais em termos de Estado e formas de governança. Nesse processo, as formas destrutivas de neoliberalismo passaram a ser confrontadas com um padrão mais robusto e proativo de poder e regulação. Essa virada teria ocorrido na década de 1990 quando os experimentos de Thatcher e Reagan chegaram aos seus limites políticos e institucionais evidenciados por suas conseqüências econômicas perversas e pelas desigualdades sociais geradas. Claro que isso não representou uma implosão desse modelo, mas apenas uma reconstituição do projeto neoliberal, conforme ocorrido nos governos de Clinton e Blair:

This most recent phase might be portrayed as one of “roll-out” neoliberalism, underlining the sense in which new forms of institution-building and governmental intervention have been licensed within the (broadly defined) neoliberal project. No longer concerned narrowly with the mobilization and extension of markets (and market logics), neoliberalism is increasingly associated with the political foregrounding of new modes of “social” and penal

Urban Politics. London: SAGE Publications, 1995. STONE, Clarence N. **Regime Politics**. Kansas, USA: University Press of Kansas, 1989.

⁵¹POLANYI, K. **A grande transformação**: As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

⁵²HARVEY, D. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

⁵³ PECK, J.; TICKEL, A. Neoliberalizing Space. In: Antipode. Nº24, pp. 380-404, 2000.

⁵⁴BRENNER, N. Peck, J. &THEODORE, N. – Y despeues de la neoliberalización? Estrategias metodológicas para la investigación de las transformaciones regulatórias contemporâneas, Urban, marzo 2011.

policymaking, concerned specifically with the aggressive reregulation, disciplining, and containment of those marginalized or dispossessed by the neoliberalization of the 1980s (pp.389)

Com essa transformação o neoliberalismo deixou de ser apenas um modelo abstrato centrado na desregulação e no livre-mercado para se transformar em um conjunto de estratégias institucionais que vem resultando em uma gestão econômica altamente tecnocrática e um conjunto de intervenções sociais restritivas. Por um lado, o modelo de gestão – centrado na manipulação das taxas de juros, baixa inflação, comércio exterior livre, mercado de trabalho flexível – vem sendo progressivamente “despolitizado” e assumindo o *status* de uma fundamentação econômica dada e presumida. E por outro, uma agenda “social” altamente intervencionista vem sendo adotada em áreas como segurança, imigração, seguridade social ou ordem urbana. Nestas esferas uma série de novas tecnologias de governo vem sendo criadas e novos discursos sobre a necessidade de reformas vem sendo construídos, algo que para os autores vem representando tanto um avanço em termos de consolidação do projeto liberal quanto um reconhecimento das sérias limitações e contradições presentes principalmente na sua primeira fase de implantação:

Consequently, what we characterize here as “roll-out” neoliberalism reflects a series of politically and institutionally mediated responses to the manifest failings of the Thatcher/Reagan project, formulated in the context of ongoing neoliberal hegemony in the sphere of economic regulation. In a sense, therefore, it represents both the frailty of the neoliberal project and its deepening (pp.390)

Frente a essas transformações os autores colocam três pontos. Em primeiro lugar eles ressaltam que enquanto a ascensão inicial do neoliberalismo nos anos 1970 foi associada com um contexto de crise que era tida como “externa” ao projeto neoliberal (basicamente os limites do projeto de bem-estar social keynesiano), as mudanças dos anos 1990 foram em grande parte motivadas por questão “internas” a ele quando ficou visível a incapacidade do “livre-mercado” em oferecer respostas satisfatórias em áreas como transportes, produção de alimentos, meio-ambiente ou mercados de trabalho. Isso levou a retórica neoliberal a incorporar uma série de formas de governança extra mercado, incluindo a apropriação de lógicas econômicas comunitárias, a valorização do capital social e das técnicas, a incorporação de estratégias de governança local, parcerias público-privadas para projetos em áreas como renovação urbana e serviços públicos, além do uso de associações de voluntários em áreas diversas. Em segundo lugar eles colocam que essas transformações foram acompanhadas por mudanças na constituição escalar do neoliberalismo. Algo que envolveu tanto um extensão no aumento do poder estatal através da sua proeminência no direcionamento dos processos de transferência de responsabilidades e riscos para as administrações locais ou agência paraestatais, descentralizando muitas das políticas sociais mas concentrando as políticas econômicas em

estruturas tecnocráticas e convenções absorvidas de agências transnacionais e grandes marcos regulatórios:

At the level of the national state, neoliberalized forms of macroeconomic management — based on low inflation, free trade, flexible job markets, regressive taxation, downsized government, and centralbank (relative) autonomy — now constitute the taken-for-granted context for political debate and policy development (Bluestone and Harrison 2000). Meanwhile, international institutions such as the International Monetary Fund (IMF) and the World Trade Organization (WTO) establish and police neoliberalized “rules of the road” that promulgate free(r) trade, free(r) markets, and increasingly unrestricted access to a wide range of markets (including public services under the General Agreement on Trade in Services) to transnational corporations, while potentially more progressive institutions and agreements (the International Labour Organisation, the United Nations Conference on Trade and Development, the Kyoto Protocols) are allowed to wither. (pp.391).

E em terceiro lugar eles chamam a atenção para uma mudança de foco das políticas neoliberais que envolve um duplo processo de financeirização nos domínios da economia política e das políticas sociais. No primeiro domínio novas arquiteturas financeiras vem tomando forma para criar uma maior estabilidade global em contraposição aos excessos do *rollback neoliberalism* posto em prática nos anos 1980 e suas conseqüentes crises ocorridas nos anos 1990. Já no segundo domínio o esforço vem se concentrando em políticas que buscam criminalizar a pobreza e em estratégias que consigam reproduzir os regimes de trabalho precário e mobilizar a população pobre para empregos mal remunerados.

Os autores ressaltam que essa mudanças macroinstitucionais ocorridas no neoliberalismo não se reproduziram de forma homogênea pelo espaço e seguiram sendo associadas a um desenvolvimento desigual que produz novas oportunidades e desafios para esse modelo.

4.2.3. O neoliberalismo como processo geo-diferenciado

A remercantilização é um processo que implica em transições e não em ruptura. Por que transições ao invés de transição no singular? Por um lado, porque a remercantilização implica não apenas em mudanças das relações econômicas, mas mudanças das instâncias institucionais da sociedade (ideológica, cultural, política, jurídica, etc.). Também porque implica em transição espacial já que, desde a obra de Manuel Castells, sabemos que é complexa a relação entre sociedade e espaço, no sentido de que a ordem espacial de uma

sociedade não é um puro reflexo das suas relações sociais⁵⁵. Por outro lado, devemos falar em transições uma vez que a mercantilização é uma luta em torno do processo de transformação que não evolui de maneira coerente. Por esta razão, a neoliberalização acontece de forma diferenciada, heterogênea e mesmo contraditória entre instâncias, escalas e lugares. Também é um processo que ocorre sob os efeitos da dependência à trajetória, isto é, não apenas depende do ponto de partida (grau de regulação e proteção social alcançados na fase anterior) como também dos processos concretos e de resultados obtidos nos processos de neoliberalização e de resistência. Neste sentido, contam muito as raízes ideológicas e históricas alcançadas anteriormente. Em sociedades que construíram amplos e enraizados regimes de bem-estar podem criar uma cultura não mercantil e mesmo antimercantil sobre aspectos e esferas da reprodução social que podem constituir resistência ao processo de remercantilização. Por exemplo, a concepção alcançada em uma sociedade a respeito da proteção da *infância* como ciclo da vida dos indivíduos a ser protegido por instituições sociais como a família, a escola, etc. pode se transformar em valores culturais que resistem à transformação de crianças em trabalhadores, não obstante o empobrecimento das famílias ou a fragilização da escola. Podemos pensar nesta direção certos aspectos da cidade. A conquista do transporte urbano como direito social a ser assegurado pelo poder público pode dificultar a sua transformação em serviço privado organizado exclusivamente pela lógica mercantil. Podemos ainda pensar nesta direção, de maneira um pouco mais genérica, no quanto que a trajetória de neoliberalização de uma cidade pode ser diferente de outra pelo fato de a legislação urbana existente em uma delas ter absorvido, ao longo dos tempos, ideais de higienismo, de proteção do meio urbano (construído ou natural), de preservação de valores culturais e pelo fato de que tais ideais tenham se enraizado na sociedade como referências coletivas, enquanto que na outra ou a legislação não se desenhou segundo tais princípios, ou eles não se enraizaram socialmente. É por essa razão que Brenner e Theodore (2011) afirmam que o atual processo de remercantilização não deve ser entendido como simples repetição do que ocorreu no século XIX. Temos hoje um contexto geopolítico e geoeconômico diferente em termos qualitativos e quantitativos. Além do mais, a neoliberalização toma caminhos influenciados pelos fracassos regulatórios do que vai acontecendo. Por exemplo, na etapa inicial a pobreza era concebida como um efeito passageiro do processo de neoliberalização do mercado de trabalho. Ademais, a política social deveria se restringir a intervenções pontuais e focalizadas nos grupos mais vulneráveis, além de ser concebida como ação transitória para não interferir negativamente nos mecanismos de virtuosos ajustes via o mercado. O fracasso

⁵⁵ “Considerar a cidade como a projeção da sociedade no espaço é ao mesmo tempo um ponto de partida indispensável e uma afirmação muito elementar. Pois, se é necessário ultrapassar o empirismo da descrição geográfica, corremos um risco muito grande de imaginar o espaço como uma página branca na qual se inscreve a ação dos grupos e das instituições, sem encontrar outro obstáculo senão o das gerações passadas. Isso equivale a conceber a natureza como inteiramente moldada pela cultura, enquanto que toda problemática social nasce da união indissolúvel destes dois termos, através do processo dialético pelo qual uma espécie biológica particular (particular, porque dividida em classes), o “homem”, transforma-se e transforma seu ambiente na luta pela vida e pela apropriação diferenciada do produto do seu trabalho.”. CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 18).

desta concepção levou a uma importante mudança na concepção liberal no que concerne à política de combate à pobreza. O atual processo de neoliberalização é também distinto do anterior na medida em que surge em um contexto institucional consolidado, diferente do que ocorreu no século XIX.

4.2.4. A neoliberalização como governamentalidade

Para Harvey (2008), a longa marcha da neoliberalização que desconstrói o consentimento social materializado no Estado Providência busca propõe outro, não se realiza apenas no plano das lutas em torno das ideologias políticas. Nesta perspectiva, ganha relevância a reflexão de Wendy Larner (2000) sobre o neoliberalismo como a transformação das subjetividades da população gerando nova orientações culturais que aprofundam o poder de legitimação das políticas pro-mercado, mesmo junto às massas marginalizadas.

Wendy Larner (2000) propõe a reflexão sobre o tema a partir da crítica de parte da literatura das das ciências sociais que vem empregando o termo neoliberalismo para classificar uma série de projetos nacionais específicos (governo Thatcher na Inglaterra, governo Reagan no Estado Unidos, governo Pinochet no Chile, etc.) em geral associados a discussões sobre o fim dos regimes keynesianos de bem-estar social e suas transformações políticas e econômicas associadas. Frente a isso a autora apresenta uma análise que se propõe como mais complexa ao compreender o neoliberalismo como um conjunto de políticas (*policy framework*), uma ideologia (*ideology*) e uma questão de governamentalidade (*governmentality*):

I argue that analyses that characterize neo-liberalism as either policy response to the exigencies of the global economy, or the capturing of the policy agenda by the "New Right," run the risk of underestimating the significance of contemporary transformations in governance. Neo-liberalism is both a political discourse about the nature of rule and a set of practices that facilitate the governing of individuals from a distance. In this regard, understanding neo-liberalism as governmentality opens useful avenues for the investigation of the restructuring of welfare state processes (pp.06)

O primeiro desses três elementos seria o mais usual nas análises sobre o tema. O neoliberalismo é colocado como uma virada para uma agenda política que passa a estar centrada na atuação dos mercados, como decorrência dos processos de globalização do capital e das reestruturações no sistema produtivo que estariam forçando os governos a desestruturar suas políticas de pleno emprego e de seguridade social em nome de uma maior eficiência econômica e competitividade. Virada que tende a ser atribuída pelos analistas a um conjunto de ideias centradas em cinco elementos – *the individual; freedom of choice; market security; laissez faire, and minimal government* (pp.07) – que sustentam um

modelo institucional de caráter empresarial que aposta na desregulação e nas privatizações. Modelo que teria sido difundido com o apoio de organizações internacionais de peso (como Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial), da influência de figuras políticas de grande relevância como Reagan e Thatcher, além das grandes corporações multinacionais. Ressaltando que nessas análises os atores-chave considerados são os políticos e os elaboradores de políticas públicas detentores de um programa de intervenções a serem realizadas tido como coerente. E a autora coloca também que é recorrente nessas análises um ponto de vista crítico que tende a desconfiar dos resultados econômicos e sociais das mudanças implementadas por essa “agenda neoliberal” e que em geral as respostas tendem a argumentar a favor de uma retomada da intervenção estatal e da atenuação das forças de mercado. Mas para ela, essa perspectiva crítica não seria capaz de explicar a persistência do neoliberalismo mesmo apesar de todas as críticas que ele vem sofrendo e seu pouco rigor intelectual. E nesse sentido, a autora questiona: *how do we account for the apparent success of neo-liberalism in shaping both political programmes and individual subjectivities?* (p.09).

Essa questão leva ao segundo elemento discutido. Para ela, algumas considerações presentes no feminismo-socialista e em abordagens neo-marxistas – que fazem uma interpretação mais sociológica do neoliberalismo considerando-o a partir de uma gama mais ampla de instituições, organizações e processos – ajudariam a responder a pergunta acima colocada. Um bom exemplo seriam as análises feitas por Stuart Hall sobre o período Thatcher na Inglaterra. Ao rejeitar a compreensão marxista “clássica” de ideologia em que as ideias dominantes correspondem às ideias das classes dominantes, o autor argumenta que a força do Thatcherismo estava justamente na sua habilidade em: *to constitute subject positions from which its discourses about the world made sense to people in a range of different social positions* (p.09). Nesse sentido ela argumenta que o governo Thatcher foi capaz de articular os interesses de vários grupos na Inglaterra e assim abrir os caminhos para reafirmar as forças de mercado, não se limitando a ser uma ideologia da “Nova Direita” mas uma construção múltipla que levou a reconstituição de identidades coletivas e de subjetividades individuais:

Rather than dismissing the attraction of the English working class to Thatcherism as "false consciousness," he explored the ways in which individual and group understandings were reconstructed through and against these ideological processes. (...) Hall's analysis of Thatcherism was, in part, an intellectual response to apparent political acquiescence of the British working class to neo-liberal tenets. As the articles in Morley and Chen suggest, however, it was also a response to the rise of the so-called social movements (including feminism, gay and lesbian politics, and ethnic struggles) and the subsequent extension of politics into "lifestyle" issues such as health, food, sexuality and the body. (pp.10)

Segundo a autora, essa visão chegou a ser criticada por setores da esquerda que a tomaram como uma certa “celebração” do sucesso das ideias de Thatcher, e frente a isso propunham uma compreensão desse fenômeno centralmente enquanto uma estratégia de Estado para re-estabelecer condições que dessem suporte à acumulação capitalista. Mas apesar dessas críticas outros autores seguiam investindo em proposições que procuravam avaliar as repercussões sociais das reestruturações políticas e econômicas que estavam em curso. Uma delas teria sido Jane Jenson com seu trabalho interessado em explorar o “universo discursivo da política” e sua relação com a construção de identidades, principalmente entre movimentos sociais que não se sentiam representados pelas instituições e pelas narrativas oficiais. Para Wendy Larner a pertinência desse trabalho estaria justamente em sua capacidade de demonstrar que o discurso político não é monopolizado pelas classes dominantes:

These analyses show that new political configurations are more multi-vocal than we might previously have understood. Most immediately, we are alerted to the possibility that there are different configurations of neo-liberalism, and that close inspection of particular neo-liberal political projects is more likely to reveal a complex and hybrid political imaginary, rather than the straightforward implementation of a unified and coherent philosophy. Moreover, in making visible the claims of those all too often portrayed as the "victims" of welfare state restructuring, these studies emphasize that new welfare state arrangements emerge out of political struggle, rather than being imposed in a top down manner. Finally, and not unrelatedly, we are forced to explore the notion that power is productive, and that the articulations between hegemonic and oppositional claims give rise to new political subjectivities and social identities which then enter into the "discourse of restructuring." (pp.11)

Essa discussão indica que para Wendy Larner a questão discursiva é central para compreender esses processos e esse o tema do terceiro elemento por ela discutido, recorrendo para tal às formulações pós-estruturalistas de Michel Foucault que conceituam o discurso *not simply as a form of rhetoric disseminated by hegemonic economic and political groups (...) but rather as a system of meaning that constitutes institutions, practices and identities in contradictory and disjunctive ways* (pp.12). Grande parte dessa literatura parte da discussão sobre a Governamentalidade que argumenta que no neoliberalismo pode haver menos “governo” mas isso não significa que haja menos “governança”. Se por um lado o neoliberalismo problematiza o Estado e o coloca como um limitador às liberdades individuais, por outro ele envolve também uma série de formas de governança que estimulam as instituições e os indivíduos a se conformar com as normas do mercado:

Neo-liberal strategies of rule, found in diverse realms including workplaces, educational institutions and health and welfare agencies,

encourage people to see themselves as individualize and active subjects responsible for enhancing their own well being. This conception of the "active society" can also be linked to a particular politics of self in which we are all encouraged to "work on ourselves" in a range of domains, including the "counter cultural movements" outside the purview of traditional conceptions of the political (pp.13).

Nesse sentido as lógicas presentes nos regimes nekeynesianos de bem-estar social estariam sendo substituídas de forma ampla por uma lógica de mercado onde as agências que prestam serviços básicos à população passam a ser controladas por dispositivos financeiros e gerenciais e próprios indivíduos passam a ser constituídos como consumidores desses serviços e tidos como capazes e obrigados a agir de forma autônoma: *in association with this "degovernmentalization" of the welfare state, competition and consumer demand have supplanted the norms of "public service" (pp.13).*

A partir desses três elementos a autora busca argumentar que o neoliberalismo não deve ser compreendido como um “programa coerente” ou como um “aparato monolítico” totalmente controlado pela “Nova Direita” como certas interpretações críticas supõem. Partindo do caso do “experimento liberal neozelandês” ela demonstra que diferentes formulações de neoliberalismo emergem de uma multiplicidade de forças que estão sempre em competição entre si, produzindo resultados não-intencionais e alinhamentos inesperados. Além disso, a emergência de novos projetos políticos nunca é uma ruptura completa com o que havia antes mas parte de um processo efetuado sempre no presente e envolvendo a composição de racionalidades políticas, programas e identidades. E com isso a os movimentos sociais deve ser compreendidos não apenas enquanto vítimas desses processos de neoliberalização mas como agentes que participam ativamente desses processos de mudança política e econômica, sendo sua resistência reconhecida não como algo externo ao regime de poder que está sendo contestado mas como uma parte que é inerente à sua constituição. A autora defende que apenas teorizando o neoliberalismo como um fenômeno contraditório e múltiplo será possível tornar visível as contestações e as lutas que estão constantemente engajadas contra ele. Colocar a sua construção como uma prerrogativa apenas da “Nova Direita” torna-se politicamente empobrecedor pois não reconhece a força e a atuação dos grupos minoritários que lutam para atenuar os feitos desses processos de reestruturação.

Understanding neo-liberalism through these lenses also encourages investigation of the reformulation of identities, not simply as the outcome of rhetoric or political manipulation, but rather as an integral part of the process of restructuring. It would centre the recognition that political power does not just act on political subjects, but constructs them in particular ways (pp.18)

4.2.7. Variações de neoliberalismo ou neoliberalismo variegado?

Este último tópico parte do debate recente que vem sendo realizado por autores como Neil Brenner, Jamie Peck e Nick Theodore⁵⁶ sobre as diferenças existentes entre as abordagens das “Variações de Capitalismo” e das “Variegações do Capitalismo”. Segundo Peck e Theodore (2007) uma série de autores vem se engajando desde a década de 1990 em investigações voltadas para ressaltar as diferenças institucionais presentes na forma como o sistema capitalista está organizado nos diferentes contextos nacionais. Entre seus méritos os autores destacam o exercício feito para demonstrar que o avanço do neoliberalismo não deve ser tomado como um processo unilateral que vem se disseminando de forma homogênea. Para esta abordagem o desenvolvimento do capitalismo em cada Estado Nacional possui suas trajetórias que são moldadas por um conjunto de valores e variáveis de ordem econômica/política/sociológica/cultural que vão constituir um contexto produtivo socialmente integrado, que vai responder aos “choques externos” de forma particular e sempre realizando ajustes que visem a manutenção de sua ordem interna. O foco estaria na durabilidade e resiliência das geografias institucionais presentes na escala nacional e na identificação dos diferentes modelos de capitalismo agonisticamente concorrentes entre si na escala global. Mas Brenner, Peck e Theodore (2009) ressaltam que se trata de uma abordagem que se mostra pouco aberta para avaliar as transformações geradas a partir de uma análise multiescalar que leve em consideração a atuação de instituições e processos que operam para além das fronteiras nacionais. Nesse sentido, tanto Peck e Theodore (2007) quanto Brenner, Peck e Theodore (2009) advogam a favor da abordagem por eles chamada de “Variegações do Capitalismo”. Essa outra abordagem – sem negar a existência das diferenças nacionais – estaria voltada para a compreensão da questão do desenvolvimento desigual, focada em modelos e trajetórias no nível macro, processos de longa duração, reestruturação de conjuntos institucionais (mesmo aqueles a nível do Estado-Nação), além das “grandes geografias” da reestruturação capitalista. Algo que deveria levar em consideração a questão do desenvolvimento desigual e suas correlações com os processos de globalização e financeirização. Do ponto de vista econômico isso implicaria em falar menos em “ilhas” de práticas econômicas emergentes e mais em conformações estruturais que padronizam as relações entre economias globais. Já do ponto de vista institucional envolveria a análise das formas de governança geradas pelos contextos institucionais existentes na escala internacional. Segundo Marcos Barcellos de Souza (2013), o foco da análise passa a estar nos “processos de neoliberalização”, ou seja, como operam as lógicas de imposição e transmissão deste modelo que são disseminadas por determinados centros de poder, agências multilaterais ou elites transnacionais. Nesse sentido o neoliberalismo não deve ser entendido apenas em suas características genéricas ou como algo que chega pronto para ser implantado nos diferentes contextos, mas como um

⁵⁶Sobre esse tema ver: PECK, J. e THEODORE, N. Variegated Capitalism. In: **Progress in Human Geography**, 31(6), 2007, pp. 731-772; BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Variegated neoliberalization geographies, modalities, pathways. In: *Global Networks* 10 (2), 2010, pp.182–222.

processo que consiste nas relações que são estabelecidas entre essas características gerais e as particularidades presentes em cada situação específica.

V- Os Neoliberalismos nas Cidades: desafios da comparação

Nesta última gostaríamos de utilizar a experiência da pesquisa realizada no âmbito do Brasil para refletirmos sobre os desafios metodológicos para um programa de pesquisa sobre as vias de neoliberalizações que supomos em curso nas cidades latino-americanas. O ponto de partida é a necessidade de superar os limites das concepções *empiristas* e *presenteístas* expressas pela desconsideração da dimensão histórico-processual, na medida em que lança luz na comparação das trajetórias de mudanças das metrópoles e seus efeitos no logo prazo.

5.1. O que comparar?

As características de cada metrópole neste período ou as trajetórias de mudanças de cada metrópole e seus efeitos nas características de cada uma? Devemos pensar na comparação das trajetórias das metrópoles na formação da ordem urbana desenvolvimentista e nas suas tendências na direção da ordem urbana neoliberal. Tal perspectiva implica na utilização de duas abordagens:

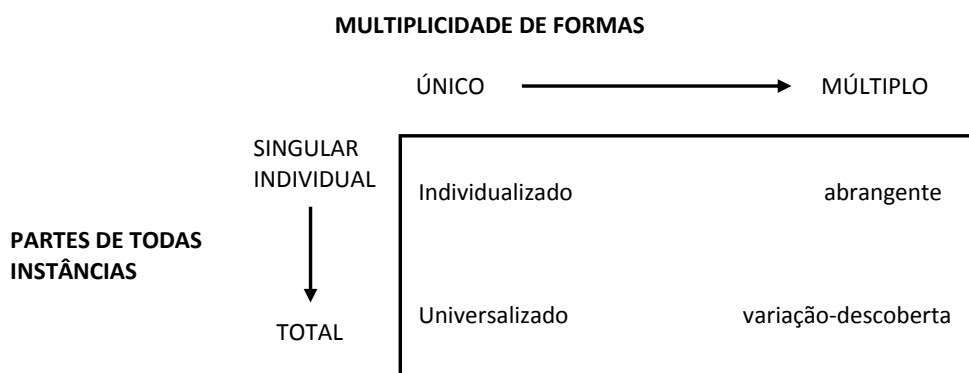
- Combinar a análise de trajetória de longa duração com a trajetória de curta duração. Isto implica em definir uma periodização que comporte os seguintes períodos: (i) o correspondente aos determinantes históricos; (ii) o da formação da ordem urbana desenvolvimentista; e, (iii) o da transformação em direção à ordem neoliberal.
- Identificar e analisar o papel das mudanças das instâncias da ordem urbana na constituição das trajetórias. Nos termos do nosso projeto, as instâncias poderiam ser: (i) estrutura produtiva local; (ii) mercado de trabalho; (iii) transição demográfica; (iv) estrutura social; (v) organização social do território; (vi) arranjos políticos; (vii) política urbana e sua articulação com as estruturas produtivas.

5.2. Modelos de Comparação

Sabemos que nas ciências sociais há diversas concepções de pesquisa comparativa. Para os fins da nossa pesquisa, propomos considerar como referência a formulação de modelos comparativos elaborada por Charles Tilly (1984) e apresentada em seu livro **Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons**. O autor parte do princípio de que a escolha do modelo adequado depende dos objetivos que cada pesquisa pretende alcançar. E frente a isso ele

elabora uma tipificação de modelos que tem como objetivo iluminar estratégias que possibilitem a compreensão das particularidades históricas de um determinado fenômeno considerado como universal e construído teoricamente. Os tipos são os seguintes: Individualizados (*individualizing comparisons*), universalizados (*universalizing comparisons*), abrangentes (*encompassing comparisons*) e variação-descoberta (*variation-finding comparisons*). Os Quadros 1 e 2 abaixo expressam as diferenças entre os modelos:

Quadro nº1 – Síntese dos modelos de comparação segundo Charles Tilly



Quadro nº2 – Descrição dos modelos comparativos segundo Charles Tilly

Individualizados (Individualizing Comparison)

<p>Descrição Tem como objetivo contrastar casos específicos de um dado fenômeno como um meio de apreender as peculiaridades de cada caso. Aplicado ao tema da globalização visa ressaltar as particularidades locais das transformações das cidades.</p>	<p>Estratégia Estudos de caso nem sempre comparativos ou construção de teoria como exercício de construção de uma teoria.</p>	<p>Causalidade Histórico e específico.</p>
<p>Universalizados (Universalizing Comparison)</p>		

<p>Descrição Comparação entre <u>todas as instâncias</u> de um dado fenômeno para saber se seguem essencialmente a mesma regra de mudança. Visa examinar a convergência trans-local entre resultados específicos da globalização das cidades</p>	<p>Estratégia Muito similar ou muito diferente. Nesta abordagem o objetivo analítico primordial é sublinhar em que grau cidades mundiais muito diferentes adquiriram características comuns em termos de estrutura econômica, de instituições políticas, de estrutura de classes sociais ou formas de organização socioespacial. A teoria da cidade global é geralmente é utilizada como um entre muitos quadros teóricos através do qual as formas específicas de convergência local sob discussão podem ser explicadas.</p>	<p>Causalidade Histórico e específico.</p>
--	---	--

Abrangentes (Encompassing Comparison)

<p>Descrição Comparação de <u>instâncias escolhidas</u> de um dado fenômeno para saber se seguem essencialmente a mesma regra de mudança. Supõe que a globalização cria uma realidade sistêmica unificada pela divisão espacial do trabalho, o que sistematicamente condiciona resultados locais.</p>	<p>Estratégia Envolvimento em processos sistêmicos comuns. O método busca identificar tendências de convergência ou divergência dos efeitos da globalização em diferentes cidades. Nesta abordagem, no entanto, o objetivo analítico primordial é estudar em que grau cidades mundiais muito diferentes adquiriam características comuns em termos de estrutura econômica, de instituições políticas, de estrutura de classes sociais ou formas de organização socioespacial.</p>	<p>Causalidade Busca de uma regra geral (universal)</p>
---	---	---

Varição-Descoberta (Variation Finding Comparison)

Descrição	Estratégia	Causalidade
<p>O objetivo é estabelecer um princípio de variação no caráter e intensidade de um fenômeno mediante o exame das <u>diferenças sistemáticas entre os papéis entre as instâncias</u>. Aplicado à globalização tem como objetivo explicar as variações das transformações urbanas entre cidades distintas, induzidas por dinâmicas globais, nacionais, regionais e locais.</p> <p>Ênfase no exame detalhado das trajetórias evolutivas de cidades ao longo de um extenso período de tempo.</p>	<p>Muito similar: explica as variações dentro de contextos na base das variáveis mantidas constantes ou em mudança.</p>	<p>Universal, mas com processos de incorporação potencialmente diferenciados e de impacto do sistema.</p>

Os dois primeiros modelos são apropriados para investigações realizadas em países considerados como sociedades coerentes e/ou autônomas, mas que se transformam em função da globalização econômica. As comparações individualizantes teriam como objetivo contrastar casos específicos de *global city*, iluminando as peculiaridades de cada caso. Já as comparações universalizadas consideram todas as instâncias da *global city* e buscam entender a ação da cada uma delas em casos singulares de cidades que se transformaram em cidades globais. O objetivo é saber se todas as instâncias seguem essencialmente a mesma regra teoricamente formulada. Os dois outros tipos são adequados para pesquisas que pretendem comparar as transformações de cidades que articulam em redes próprias. Já as comparações abrangentes, por sua vez, implicam na escolha, pelo pesquisador, de diferentes instâncias da globalização em várias cidades que integram o mesmo sistema histórico para explicar as suas características em função das suas diferentes relações com o processo de globalização. Por fim, a variação-descoberta tem como objetivo estabelecer um princípio de variação no caráter e na intensidade de um fenômeno através do exame de diferenças sistemáticas entre instâncias. Neste caso, cada variação expressa a relação de causalidade resultante da combinação da ação de instâncias que atuam na escala global com as que incidem na escala local, o que significa dizer que a história de cada cidade importa.

Parece-nos que o modelo que mais se aproxima das condições, possibilidades e interesses do nosso trabalho comparativo seria o da variação-descoberta. Partindo do conceito de metrópole liberal-periférica e considerando a suposição de que podemos tomar como referência temporal a “longa-duração”⁵⁷ de 1970-2010, poderíamos nos propor a análise das transformações das 15 metrópoles sobre as quais trabalhamos buscando a

⁵⁷ Se utilizássemos a conceituação espaço-temporal de F. Braudel e G. Arrighi estaríamos, de fato, trabalhando na escala temporal da conjuntura.

interação das instâncias das escalas nacional-local. Esta estratégia nos permitiria superar a elaboração de análise fundada na concepção do local como a escala de percepção dos efeitos de forças causais que atuam na escala nacional. Poder-se-ia argumentar criticamente sobre a adoção dessa estratégia de análise com base na interpretação de que as escalas nacional e local são mutuamente constituintes. Creio que esta crítica seria pertinente se considerássemos outros fenômenos sociais como as transformações das estruturas produtivas, na medida em que podemos considerar que este período de análise é marcado pela consolidação de um mercado nacional. Nesse caso, parece-me bastante pertinente o argumento da interação dos processos constitutivos das escalas nacional e local. Mas, em se tratando do fenômeno urbano, creio que estamos examinando dinâmicas que resultam da articulação de processos nacionais com processos locais, portanto, com forte peso das trajetórias históricas de cada metrópole.

Neil Brenner coloca que esta modalidade vem sendo usada por muitos pesquisadores para analisar transformações na ordem urbana que seriam induzidas não apenas de forma unilateral por forças globais, a exemplo do célebre trabalho realizado por Janet Abu-Lughod (1999) sobre as mudanças ocorridas nas metrópoles de Nova York, Chicago e Los Angeles ao longo das últimas décadas do século passado. Partindo do pressuposto da existência de um relevante grau de diversidade das forças que atuaram nestes processos, a autora identifica a ação de forças históricas e locais na explicação das trajetórias de transformação urbana destas cidades, o que a conduz a questionar a relevância das teorias das cidades globais na explicação das variações de ação das instâncias institucional, social e espacial. Como consequência, o resultado obtido por Abu-Lughod pretende em grande medida problematizar a validade de outras estratégias mais universalistas e a própria teoria da *global city* na sua capacidade de construir um nexo de causalidade explicativa das transformações urbanas.

Mas o uso da estratégia de “*variation finding comparison*” isoladamente assim como as conclusões a que chega Abu-Lughod, são objeto de crítica na análise feita por Neil Brenner (2001). O primeiro ponto de sua problematização refere-se a maneira como Abu-Lughod conceitua a interação global-local. Tal concepção conduziria a autora a tratar a diversidade empírica dos resultados locais como evidência do fraco impacto causal das forças globais nessas cidades. O equívoco para Neil Brenner estaria no fato de tratar a globalização como uma força universalizadora das realidades locais e agindo por processos abstratos. Tal concepção seria problemática, na medida em que desconsidera o grau em que a atual rodada de reestruturação mundial também foi entrelaçada com processos de re-territorialização e de re-dimensionamento que provocaram um re-diferenciação maciça de espaço social, político e econômico em diversas escalas geográficas. A partir desta perspectiva, a diversidade de realidades locais não é anulada pela globalização, mas pelo contrário, ela é também, sem dúvida, uma das suas expressões e consequências. Para Neil Brenner, o próprio suposto de que a globalização leva necessariamente a convergência de processos e de modelos de cidade estaria bastante em desacordo com as afirmações

centrais das próprias teorias sobre a cidade global. A conceituação subjacente de Abu-Lughod sobre a globalização, restringe significativamente seus esforços para desagregar resultados locais induzidos a partir do nível mundial a partir de outros tipos fatores de causalidade. Ao tentar derivar o peso causal e o significado teórico de forças globais da observação empírica da diversidade local, a autora negligencia a consideração da possibilidade de que essa diversidade poder representar uma expressão e um resultado de processos em curso de reestruturação socioespacial global.

No segundo ponto de sua crítica, Neil Brenner destaca que a teorização de Janet Abu-Lughod a respeito da variação local permanece não especificada. Ou seja, por um lado ela enfatiza corretamente e eficientemente em sua análise substantiva das transformações o quanto o grau em que a variedade de formas econômicas, sociais, institucionais e espaciais locais representa um resultado dependente da trajetória das três grandes metrópoles nos ciclos históricos anteriores à globalização de seu desenvolvimento urbano. Por outro lado, no entanto, o livro de Janet Abu-Lughod não forneceria uma explícita teorização de como e por que as principais variações entre cidades como Nova York, Chicago e Los Angeles são produzidos. Em vez disso, nos capítulos finais do livro são descritas algumas das principais formas de variação que surgiram no atual período nas três cidades sob investigação, centrando-se em particular sobre as questões das fronteiras políticas, bifurcação da estrutura de classes e polarização sócio-espacial. O principal argumento teórico tomado como referência para enquadrar essas restrições é a sua crítica à teoria da cidade global, na qual tal diversidade também poderia ser explicada completamente como um resultado de globalização.

Para Neil Brenner, a análise de Janet Abu-Lughod não construiria um argumento causal explícito através do qual a variação em questão poderia ser significativamente entendida e os resultados locais identificados em seu estudo tornar-se-iam um pouco mais do que a constatação empírica da diversidade de condições locais. Vale à pena transcrever a íntegra da avaliação crítica do autor:

In other words, even if variations among the cities in their politicogeographical organization, class structure, and sociospatial polarization are not explicable with reference to factors such as globalization or a city's world-systemic position, there is still a need for a theoretically informed discussion of how such variations were produced and why they are sociologically significant. In the absence of such discussion, it is difficult to interpret the forms of variation in question as representing anything more than the empirical differences between the places under investigation. In this sense, I would argue, a residually empiricist understanding of local diversity constrains Abu-Lughod's ability to explore the full theoretical potential of a variation-finding strategy of comparison, the ultimate goal of which, as Tilly (1984, 146) explained, is to "help us make sense of social structures and process that never recur in the same

form, yet express common principles of causality (Brenner, 2001, p. 142-143).

Essa análise crítica empreendida por Neil Brenner sobre o modelo teórico-metodológico aplicado em Abu-Lughod nos leva a uma dupla conclusão: de um lado temos o valor da aplicação da estratégia “*variation finding comparison*” para capturar a historicidade dos processos de transformação urbana e a diversidade de resultados locais em termos de mudanças da estrutura social, padrões de organização social do território, modelos de governança e de políticas urbanas. Mas de outro temos como imperativo que é necessário articular essas estratégias com aquelas denominadas por Charles Tilly (1984) de “*encompassing comparison*” para que os resultados da comparação não resultem apenas no mapeamento empírico de causas e efeitos puramente locais, podendo assim alcançar a formulação de explicações de causalidade. O que implica em formular alguns pressupostos teóricos que unifiquem os casos estudados como resultados de forças globais. Segundo Neil Brenner, é somente com a combinação destas duas estratégias que poderíamos não apenas descrever adequadamente os processos e os modelos de convergência/divergência e homogeneização/diferenciação das cidades sob o impacto da globalização, mas também explicá-los casualmente como resultados de forças globais em interação com as forças locais, portanto como consequência de dinâmicas estruturais e históricas. A articulação destas duas estratégias pressupõe um ponto de partida: a adoção da existência de uma teoria da cidade mundial ou da cidade global como ferramenta de compreensão das transformações que vêm ocorrendo a partir da segunda metade dos anos 1970 sob o efeito da globalização produzida como nova realidade da divisão internacional do trabalho operada pelo capitalismo.

VI. BIBLIOGRAFIA

- ABU-LUGHOD, J. **New York, Chicago, Los Angeles: America's global cities.** Minneapolis: Univ. of Minnesota Press, 1999.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX.** Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto, 1995.
- SOUZA, Marcos Barcellos. **Variedades do Capitalismo e Reescalonamento Espacial do Estado no Brasil.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.
- BARBOSA, M. L. de O. O desempenho das escolas e as desigualdades sociais. Encontro Anual da ANPOCS, 24, GT Educação e Sociedade, Caxambu, Minas Gerais, **Anais...Caxambú: ANPOCS**, 2000.
- BOURDIEU, P. **La misère du monde.** Paris: Seuil, 1993.
- BOURDIEU, P. **Amiséria do mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento.** As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilisation Materielle, Economie et Capitalisme, XVe-XVIIIe Siècle.** Paris, França: Armand Colin, 1979.
- BRAUDEL, Fernand. **La dynamique du capitalisme.** Paris, França: Ed. Arthaud, 1985.
- BRENNER, N. World City Theory, Globalization and the Comparative-Historical Method. Reflections on Janet Abu-Lughod's Interpretation of Contemporary Urban Restructuring. **Urban Affairs Review**, Setembro, 2011.
- BRENNER, Neil; PECK, Jamie; e THEODORE, Nik. Depois da Neoliberalização? **Cadernos Metrópole**, 2012, vol. 14, n. 27.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Variegated neoliberalization geographies, modalities, pathways. In: **Global Networks** 10 (2), 2010, pp.182–222
- BRUNO, M. Endividamento do Estado e setor financeiro no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. In: **Os anos Lula.** Contribuições para um balanço crítico 2003/2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 71-107.
- CALDEIRA, T. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 47, São Paulo, 1997.
- CAMARGO, C. P. F. *et al.* **São Paulo 75: Crescimento e pobreza.** São Paulo: Loyola, 1976.

- CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- CARDOSO, F. H. A cidade e a política: do compromisso ao inconformismo. In: CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- CARVALHO, M. A. R. Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política, In: MESSEDER, C. A., RONDELI, E. *et al.* (Orgs.). **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- CARVALHO, N.R. **E no início eram as bases**. Geografia política do voto legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- CASTEL, R. **Les métamorphoses de la question sociale**. Une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.
- CASTELLS, M. **High technology, space and society**. Beverly Hills: Sage, 1985.
- CASTELLS, M. **The informational city**: Information technology, economic, restructuring and urban-regional process. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- CEDEPLAR. **A nova geografia econômica do Brasil**: uma proposta de regionalização com base nos pólos econômicos e suas áreas de influência. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002 (documentação dos microdados da amostra).
- COUTINHO, Luciano. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Brasil: desafios de um país em transformação**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1997.
- DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DELGADO, Guilherme C. Desigualdade social no Brasil. In: **Os anos Lula**. Contribuições para um balanço crítico 2003/2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 413-418.
- DESROSIÈRES, A.; GOY, A. E.; THÉVENOT, L. L'identité sociale dans le travail statistique. La nouvelle nomenclature des professions et catégories socioprofessionnelles. **Economie et Statistique**, INSEE, 1983.
- DESROSIÈRES, A. & THÉVENOT, L. **Les catégories socioprofessionnelles**. Paris: La Découverte, 1992.
- DOUGLAS, M. **Comment pensent les institutions**. Paris: La Découverte, 1999.
- DUCAN, O. & DUCAN, B. Residential segregation and occupational stratification. **American Journal of Sociology**, 60, Mars. 1955.
- ELLEN, G. I. & TURNER, M. A. Does neighborhood matter? Assessing recent evidence. **Housing Policy Debate**, v. 8, n. 4, 1997.

- ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do Welfare State na nona ordem mundial. **Lua Nova. Revista de Cultura e Política**, n. 35. 1995. Fundamentos sociales de las economías postindustriales. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.
- FAINSTAIN, Susan & CAMPBELL, Scott (Orgs.). **Readings in Urban Theory**. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996.
- FAINSTEIN, S.; GORDON, I.; HARLOE, M. (Orgs.). **Divided cities**: New York & London in the contemporary world. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1992.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FILGUEIRAS, L. “A Natureza do Atual Padrão de Desenvolvimento Brasileiro e o Processo de Desindustrialização.” Programa de Bolsas de Pesquisa Centro Celso Furtado e BNB 2012, 2013.
- FILGUEIRAS, L.; PINHEIRO, B. ; PHILIGRET, C.; e BALANÇO, P. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: **Os anos Lula**. Contribuições para um balanço crítico 2003/2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35-39.
- FIORI, José Luis. **A propósito de uma ‘construção interrompida’**. In: *Economia e Sociedade*, Campinas (14): 1- 19, jun. 2000.
- FIORI, José Luis. **Brasil no Espaço**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FIORI, José Luis. **Desenvolvimentismo e Dependência**. Extraído de **Valor Econômico**, 28 de março de 2012.
- FIORI, José Luis. **O Vôo da Coruja**: Uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1995.
- FIORI, J. L. **Polarização Mundial e Crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 72-73.
- FIORI, José Luis (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOURCAUT, A. **Bobigny, banlieu rouge**. Paris: Les Éditions Ouvrières & Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1986.
- FRANK, Andrew Gunder. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Latino-americano. In: PEREIRA, Luiz. (Org.). **Urbanização e Subdesenvolvimento**. Zahar: Rio de Janeiro, 1973.
- FURTADO, C. **O Brasil pós-“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- GONÇALVES, Reinaldo - Redução da desigualdade da renda no Governo Lula. Análise comparativa, junho de 2011. Documento cedido diretamente por seu autor. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/hpp/mostra.php?idprof=77>.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell, 1996.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo. História e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LESSA, C. & DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: **Desenvolvimento capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise**. Campinas, SP: Unicamp-IE, 1984. v. 1, p. 214-228.
- LARNER, W. Neo-liberalism: Policy, Ideology, Governmentality. In: **Studies in Political Economy**, 63, Autumn, 2000.
- LIPIETZ, Alain. Fordismo, Fordismo Periférico e Metropolização. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 10 (2), 1989 (303-335).
- MOLOTCH, H. L. The city as a growth machine: Towards a political economy of place. **American Journal of Sociology** 82, 1976.
- MAGRI, S. & TOPALOV, C. **De la cité-jardin à ville rationalisée: um tournant du projet réformateur. Étude comparative France, Grand Bretagne, Italie, États-Unis**, Revue Française de Sociologie, 28, 3, julho/setembro de 1987.
- MERTON, R. **Teoria y estructura sociales**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- MINGIONE, E. **Fragmented societies: a Sociology of Work beyond the Market Paradigm**. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- MOLLENKOPF, J. & CASTELLS, M. (Orgs.). **Dual city**. Restructuring New York. New York: The Russell Sage Foundation, 1992.
- MOLOTCH, H. The city as a growth machine: Toward a political economy of place. **The American Journal of Sociology**, 1976.
- MORSE, R. **A Evolução das Cidades Latino-Americanas**. In: **Cadernos Cebrap 22**. CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, 1975. p. 5-35. Disponível em <http://www.cebrap.org.br/v1/template.php?lang=pt&area=7&pagina=31&item_biblio=217> Acesso em 07/06/2011.
- NUN, J. El futuro del empleo y la tesis de la masa marginal. **Desarrollo Económico**: Revista de Ciencias Sociales, v. 38, n. 152, 1999.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Rio de Janeiro, 2005 (documento para o Ministério das Cidades, mimeo).
- OLIVEIRA, F. de. A ilusão do Estado Brasileiro. **Teoria e Debate**. p. 33, abr./jun., 2000.

- OLIVEIRA, F. de. A ilusão do Estado brasileiro. **Teoria e debate**, n. 44, p. 33, abr./jun. 2000.
- OLIVEIRA, F. de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. & PAOLI, M. C. (Orgs.). **Os sentidos da democracia**. Rio de Janeiro: Nedic/FAPESP/ Vozes, 1999.
- PARK, R. A comunidade urbana: um modelo espacial e uma ordem moral. In: PIERSON, D. (Org.). **Estudos de ecologia humana**. São Paulo, s.d. (Tomo I, Leituras de Sociologia e Antropologia, Biblioteca de Ciências Sociais).
- PECK, J. TICKEL, A. Neoliberalizing Space. In: **Antipode**. Nº24, pp. 380-404, 2000.
- PECK, J. e THEODORE, N. Variegated Capitalism. In: **Progress in Human Geography**, 31(6), 2007, pp. 731-772
- PERALVA, A. **Violência e democracia**: Paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PESQUISA MENSAL DE EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.
- POLANYI, K. **A grande transformação**: As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PREVENTING repetition and dropout in Latin America: Argentina, Brazil, Chile and Mexico. (Pesquisa concebida pelas fundações Tinker e Ford).
- PUTNAM, R. D. **Making democracy work**. New Jersey: Princeton University, 1993.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- QUIJANO, Anibal. Dependência, Mudança Social e Urbanização na América Latina. In: Lopes, Fernando. (Org.). **A Questão Urbana na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1978. p. 11-12.
- RIBEIRO, L. C. Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: As formas de produção da moradia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- RIBEIRO, L. C. Q. **Segregação residencial e segmentação social: o "efeito vizinhança" na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras**. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 2004 (trabalho apresentado no Seminário Internacional sobre Trabajo y Producción de la Pobreza en América Latina y el Caribe).
- RIBEIRO, L. C. Q. Segregação Residencial e Políticas Públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. In: **SAÚDE nos grandes aglomerados urbanos**: uma visão integrada. Brasília: OPAS/OMS, 2003 (Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde).
- RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Metrópoles**: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004.

- RIBEIRO, L. C. Q. & LAGO, L. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, n. 3, nov., p. 111-130, 2000.
- SANTOS Jr., O. A. dos; AZEVEDO, S. de; RIBEIRO, L. C. Q. **Governança democrática e poder local**: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2004.
- SANTOS, W. G. **Razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- SASSEN, S. **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- SCHWARZ, R. **Seminário de Marx**. Originalmente publicado em **Folha de São Paulo**, "Mais!", 08/10/95, reproduzido em **Novos Estudos Cebrap**, no. 50, março de 1998 e, posteriormente em Schwarz, Roberto, **Sequências Brasileiras**, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SMITH, M. EDITORIAL—Just How Comparative is Comparative Urban Geography? A perspective from archaeology Disponível em [//www.public.asu.edu/~mesmith9/1-CompleteSet/MES-09-UrbanGeographyEditorial.pdf](http://www.public.asu.edu/~mesmith9/1-CompleteSet/MES-09-UrbanGeographyEditorial.pdf).
- SOARES, L. E. (Org.). **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará, 1996.
- SOARES, L. E. **Meu casaco de general**: Quinhentos dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOROKIN, P.A. **Social mobility**. Nova York: Harpen and Brothers, 1927.
- STOHR, W. B.; & TAYLOR, D. R. F. **Development from Above or Below?** Dialectics of regional planning in developing countries. New York: John Wiley, 1981.
- SOUZA, J. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.
- STORPER, M. Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento. In: RIBEIRO, L. C. Q. & SANTOS Jr., O. S. **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 65-89.
- SZASZ A. & MEUSER, M. Environmental Inequalities: literature review and proposals for new directions in research and theory. **Current Sociology**, v. 45, n. 3, Jul., 1997.
- TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TILLY, C. **Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons**. Nova York: The Russell Sage Foundation, 1984.
- TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: EDUSP, 1996.

- TIMMS, D. **The urban mosaic**. Towards a Theory of Residential Differentiation. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- TOURAINÉ, A. **Pour la sociologie**. Paris: Seuil, 1974.
- TOPALOV, C. **Naissance de l'urbanisme moderne et réforme de l'habitat populaire aux États Unis**. Paris : Centre de Sociologie Urbaine, 1988.
- TOPALOV, C. **Os saberes sobre a cidade: tempos de crise**. *Espaço & Debates*, número 34, 1991.
- _____. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles no século XX. In: RIBEIRO, L. C. Q. & PECHMAN, R. (Orgs.). **Cidade, Povo e Nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- TOURAINÉ, A. **Pour la sociologie**. Paris: Seuil, 1974.
- TOURAINÉ, Alan. **Les Sociétés Dependentes**. Paris: Gembloux-Duculot, 1976.
- TUCHMAN, B. W. **A marcha da insensatez: De Tróia ao Vietnã**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade. In: VELHO, G. & ALVITO, M. (Orgs.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/FGV, 1996.
- VELTZ, P. **Mondialisation, villes et territoires: L'économie d'archipel**. Paris: PUF, 1996.
- WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Observatório/Revan, 2001.
- WALLERSTEIN, I. **Comprendre le monde. Introduction à l'analyse des systèmes-mondes**. Paris: La Découverte, 2006.
- WALLERSTEIN, I. **O capitalismo histórico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: UNB, 1999.
- WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- WRIGHT, E. O. **Class structure and income determination**. New York: Academic Press, 1964.